

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
FRANCINE MILENE DA SILVA LEMES

NÃO É AMOR, É TRABALHO

TAUBATÉ-SP
2020

FRANCINE MILENE DA SILVA LEMES

NÃO É AMOR, É TRABALHO

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do Título de Bacharel pelo Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté. Orientadora: Prof.^a Dra. Lindamar Alves Faermann.

TAUBATÉ-SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

L552n Lemes, Francine Milene da Silva

Não é amor, é trabalho / Francine Milene da Silva
Lemes. -- 2020.
73 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Serviço Social, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann,
Departamento de Serviço Social

1. Mulheres – emprego - Brasil. 2. Capitalismo.
3. Discriminação de sexo no emprego – Brasil. 4. Trabalho
doméstico. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Serviço
Social. Curso de Serviço Social. II. Título.

CDD – 331

FRANCINE MILENE DA SILVA LEMES
NÃO É AMOR, É TRABALHO

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do Título de Bacharel pelo Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté. Orientadora: Prof.^a Dra. Lindamar Alves Faermann.

Data: 03/12/2020

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lindamar Alves Faermann - Universidade de Taubaté

Assinatura  _____

Prof.^a Dra. Angela Michele Suave - Universidade de Taubaté

Assinatura  _____

Profissional: Tamires de Souza Arante – Assistente Social

Assinatura  _____

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, de alguma forma, participaram e contribuíram para minha formação profissional e pessoal durante esses quatro anos de graduação. Vocês todas com certeza se tornaram fonte de inspiração, força e esperança para que eu, na condição de mulher e profissional do Serviço Social, continue lutando pela construção de outra forma de sociabilidade, em que as mulheres sejam verdadeiramente livres.

AGRADECIMENTOS

Como diz a canção: “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”. Por isso, ao alcançar essa realização, reconheço que chegar até aqui só foi possível porque estiveram comigo pessoas especiais a quem devo meus agradecimentos:

À querida Prof.^a Dr.^a e orientadora Lindamar Faermann, que muito me inspira como mulher e profissional e com quem pude contar em diversos momentos difíceis durante esses quatro anos, sobretudo com a realização do trabalho de graduação. Sou imensuravelmente grata por acreditar em mim e me apoiar. Seu acolhimento, afeto e dedicação fizeram toda diferença na minha formação profissional e pessoal. E com certeza sua sensibilidade fará toda diferença em minha atuação profissional. Obrigada por tudo e por tanto.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, especialmente as professoras Elisa Brisola, Juliana Barbosa, Michele Suave e Mônica Siqueira, que desde o primeiro momento me encantaram com o compromisso e amor pelo Serviço Social. A educação emancipatória que me proporcionaram estará sempre comigo, pois como disse o mestre Paulo Freire: “o educador se eterniza em cada ser que ele educa”.

As doces e revolucionárias Neides: Ana Laura, Larissa, Magda e Mariana. Nosso grupinho foi um dos melhores presentes que o curso me trouxe. É uma honra poder chamá-las de amigas e saber que nossa amizade não se finda com o término da graduação. Cada momento, cada abraço, cada palavra de ânimo e força, estão eternizadas no meu coração. Obrigada por me levantarem tantas e tantas vezes.

Ao coletivo feminista anticapitalista e antirracista Juntas! Vale do Paraíba, que através da união de mulheres de luta e resistência me fizeram compreender na prática a importância da luta do movimento de mulheres aliada à luta de classes. Com vocês, ando melhor. #elenão

Aos colegas de turma com que compartilhei muitas experiências de descobertas, reflexão, luta e diversão ao longo desses quatro anos. As diferenças me proporcionaram riquíssimos momentos de troca e aprendizado, em que acredito que todos saímos positivamente transformados.

À assistente social Daniele Calcanhoto, mulher e profissional que admiro muito e que esteve presente em diversos momentos durante minha formação,

compartilhando seus conhecimentos e experiência profissional, sempre de forma muito atenciosa e acolhedora.

À assistente social e supervisora de estágio Viviane Souza, que, mesmo em um momento tão difícil como o que estamos vivendo em 2020 (pandemia de COVID-19) e em um curto período de tempo me proporcionou rica experiência no campo de estágio, principalmente por sua postura comprometida com a defesa do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de trabalho profissional.

A todas as mulheres entrevistadas para a realização desta pesquisa, que, dentro da realidade de cada uma, confiaram a mim seus relatos e contribuíram muito para as análises apresentadas neste trabalho.

Ao meu pai, Claudio Pedro da Silva, que, mesmo sem conhecimento acadêmico e aprofundamento teórico, semeou em mim ainda pequena a consciência social que me levou até o Serviço Social. Oportunizando-me agora já adulta, através dos conhecimentos adquiridos no curso, provocar nele maior consciência de classe, inclusive fazendo-o conhecer e compreender o movimento feminista fundamentado na perspectiva crítica.

Ao meu melhor amigo e companheiro de vida, Rodrigo Lemes, que acompanhou de muito perto todo meu processo de formação acadêmica e com quem tenho diariamente construído uma relação mais igualitária, livre das imposições historicamente construídas do que é ser mulher em nossa sociedade. Obrigada por junto comigo tornar o nosso amor uma parceria de vida que não anula meus desejos, sonhos e escolhas.

Eu-Mulher, de Conceição Evaristo

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

RESUMO

Esta pesquisa discute o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino na sociedade capitalista. Para sua construção, analisaram-se os fundamentos da opressão e exploração do trabalho da mulher na esfera privada, notadamente quanto ao desempenho das atividades domésticas e de cuidados e os impactos desse trabalho na condição da mulher na esfera pública e nas suas relações sociais. A pesquisa foi realizada junto a mulheres que residem no Vale do Paraíba Paulista. Foram selecionadas e entrevistadas cinco mulheres mediante amostra intencional. Para o seu desenvolvimento, foi empregada a abordagem qualitativa, que visa abranger o fenômeno estudado numa perspectiva de totalidade, almejando à interpretação da realidade social em suas múltiplas dimensões. Como técnica para coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, permitindo às entrevistadas expressarem-se livremente, enriquecendo o conteúdo do material coletado e, ao mesmo tempo, atingindo os propósitos investigativos. A análise dos dados e das informações partiu da apreensão dos elementos presentes nos depoimentos das participantes. Assim, o material coletado não foi desconectado de suas falas, nem tampouco do contexto sócio-histórico em que essas mulheres estão situadas. Resultados apontam que a divisão sexual do trabalho no sistema capitalista-patriarcal incide diretamente na realidade de vida das mulheres, confirmando-se que o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino está estruturalmente vinculado às bases que sustentam esse sistema. O trabalho doméstico e de cuidado foi intencionalmente imposto às mulheres, como consequência de um sistemático processo de degradação social feminina, presente no período em que se originou o capitalismo, e ainda hoje influenciando e/ou determinando à realidade concreta das mulheres, principalmente as mais pobres e negras. O não reconhecimento da atividade doméstica como trabalho torna-se fundamental para acumulação capitalista que se vale do disciplinamento dos corpos e mentes por meio de um processo ideológico fraudulento. Para desmistificar e libertar as mulheres dessa imposição é essencial construir e fortalecer espaços de reflexões críticas e classistas sobre a desigualdade de gênero na sociedade capitalista-patriarcal, endossando as lutas feministas nessa direção. No entanto, sendo a divisão sexual do trabalho apenas um dos

mecanismos da dinâmica de acumulação do capital, sabe-se que a ruptura com esse processo requer para além dessas mediações a construção de uma nova sociabilidade que permita a liberdade plena das mulheres (e também dos homens). É o que buscamos e sonhamos, para que *“nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”* (Simone de Beauvoir).

Palavras-chave: Mulheres. Capitalismo. Divisão sexual do trabalho. Trabalho doméstico.

ABSTRACT

This research discusses the process of naturalization and devaluation of female labor in capitalist society. For its construction, the foundations of oppression and exploitation of women's work in the private sphere were analyzed, notably as regards the performance of domestic and care activities, and the impacts of this work on the condition of women in the public sphere and in their social relations. The research was carried out with women living in the Vale do Paraíba Paulista. Five women were selected and interviewed by means of an intentional sample. For its development, a qualitative approach was used, which aims to cover the phenomenon studied in a perspective of totality, aiming at the interpretation of social reality in its multiple dimensions. As a technique for data collection, we use the semi-structured interview, with open and closed questions, allowing the interviewees to express themselves freely, enriching the content of the collected material and, at the same time, reaching the investigative purposes. The analysis of data and information started from the apprehension of the elements present in the participants' testimonies. Thus, the material collected was not disconnected from their speeches, nor from the socio-historical context in which these women are located. Results point out that the sexual division of labor in the capitalist-patriarchal system directly affects the reality of women's lives, confirming that the process of naturalization and devaluation of women's work is structurally linked to the bases that support this system. Domestic and care work was intentionally imposed on women, as a result of a systematic process of social degradation for women, present in the period in which capitalism originated, and even today influencing and / or determining the concrete reality of women, especially poorest and black women. The non-recognition of domestic activity as work becomes essential for capitalist accumulation, that uses the disciplining of bodies and minds through a fraudulent ideological process. To demystify and free women from this imposition, it is essential to build and strengthen spaces for critical and class reflections on gender inequality in capitalist-patriarchal society, endorsing feminist struggles in this direction. However, since the sexual division of labor is only one of the mechanisms of capital accumulation dynamics, it is known that the rupture with this process requires, in addition to these mediations, the construction of a new sociability that allows the full freedom of women (and also of

men). It is what we seek and dream of, so “let nothing define us. Let nothing hold us. Let freedom be our own substance” (Simone de Beauvoir).

Keywords: Women. Capitalism. Sex division of labour. Domestic work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO SOB A ÓTICA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: A REALIDADE VIVENCIADA PELAS MULHERES	19
3 DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: A RELAÇÃO ENTRE ESFERA DOMÉSTICA E PROFISSIONAL	32
3.1 Formas de tratamento entre homens e mulheres em seus locais de trabalho: existem diferenças?	42
4 O TRABALHO DOMÉSTICO TRANSFORMADO EM UM ATO DE AMOR	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	68
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	69
APÊNDICE C – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO	70
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	71

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar os fundamentos da opressão e exploração da mulher na sociedade capitalista a partir do papel desempenhado pela mulher na esfera privada e seus impactos na esfera pública.

O assunto escolhido encontra-se no campo das Ciências Sociais na medida em que busca compreender a desvalorização sistemática do trabalho da mulher, com base nos aspectos de desenvolvimento e de transformações sociais que incidiram e incidem no processo de opressão presente nas relações entre homens e mulheres na sociedade.

Pesquisar sobre a opressão que as mulheres sofrem no capitalismo, por meio do trabalho doméstico, possibilita compreender que os padrões que estiveram na base do desenvolvimento capitalista ecoam no presente e se repetem nas crises do capital. Nesse sentido, cabe pensar na desvalorização do trabalho feminino como um mecanismo utilizado para a revalorização do capital. Conforme Federici (2019, p. 91), “Em outras palavras, a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas”.

O interesse de pesquisar esse tema deu-se a partir de experiências pessoais e acadêmicas, bem como por meio do contato com o movimento feminista marxista, que tem como objetivo a construção de um feminismo com um projeto anticapitalista e internacionalista, alinhado à luta de classes, que combata as estruturas do patriarcado e que se una aos outros setores anticapitalistas da sociedade.

Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres”, como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos feminismo para os 99%. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 42)

A partir dessa aproximação e construção de visão de mundo, e conjuntamente com a participação de coletivos feministas marxistas, o questionamento de como esse processo formou-se em nossa sociedade tornou-se inevitável, assim como a indagação de como podemos enfrentar e romper com essa lógica.

Na atualidade, o tema apresenta relevância para a sociedade, visto que, na atual conjuntura, estamos vivenciando altos índices de violências contra as mulheres. Em relação ao Brasil, a Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) manifestou, em fevereiro de 2019, preocupação com o alto número de assassinatos de mulheres. Segundo a comissão, apenas no início do ano foram registrados 126 casos de feminicídio e 67 tentativas de homicídio. Esse crescente quadro de violência contra a mulher, não por acaso, está vinculado a um cenário econômico em que medidas neoliberais são aplicadas para a revalorização do capital, o que tem impactado profundamente a realidade social e, conseqüentemente, a vida da população. Essa situação atinge principalmente os setores mais oprimidos da sociedade, como as mulheres.

Diante disso, a pesquisa tornou-se viável dado que, juntamente com os avanços de governos conservadores ao redor do mundo, surge também uma nova onda feminista na linha de frente contra o fortalecimento da extrema-direita. Tal fenômeno é evidenciado pelo manifesto “Para além do 8 de março: rumo a uma Internacional Feminista!” (2019), divulgado em plataforma virtual, em que 24 lideranças feministas de diferentes países – dentre essas, 4 brasileiras – convocaram uma ofensiva internacional para deter o capitalismo global, que tem nos rumado à barbárie. Ademais, as autoras destacam que:

Pelo terceiro ano consecutivo, mulheres e pessoas queer por todo o mundo estão se mobilizando contra os feminicídios e toda forma de violência de gênero; pela autodeterminação de seus corpos e acesso ao aborto seguro e legal; por igualdade salarial para trabalhos iguais; pela livre sexualidade. Se mobilizam também contra os muros e fronteiras; o encarceramento em massa; o racismo, a islamofobia e o anti-semitismo; a desapropriação das terras de comunidades indígenas; a destruição de ecossistemas e a mudança climática. Pelo terceiro ano consecutivo, o movimento feminista está nos dando esperança e uma visão para um futuro melhor em um mundo em desmoronamento. O novo movimento feminista transnacional é moldado pelo sul, não só no sentido geográfico, mas também no sentido político, e é nutrido por cada região em conflito. Essa é a razão de ele ser anticolonial, antirracista e anticapitalista. (INTERNACIONAL FEMINISTA, 2019)

Dando suporte a essa análise, a pesquisa centraliza-se em dois trabalhos que se complementam: a análise da historiadora Silva Federici (2017) sobre a acumulação primitiva a partir da ótica feminina e o manifesto *Feminismo para os 99%*, das acadêmicas e militantes Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser

(2019). De acordo com as autoras, a opressão de gênero na sociedade burguesa tem suas raízes nas bases do desenvolvimento capitalista e requer ser abordada não apenas como uma realidade cultural, mas como uma determinação das relações de classe.

Portanto, analisar esse período e compreendê-lo do ponto de vista feminino torna-se importante, uma vez que possibilita, na atualidade, novas formas de resistência. Essa resistência é proporcionada pela construção de um feminismo revolucionário, que tenha consciência das lutas na esfera da produção e de reprodução da vida, na qual o trabalho não remunerado é correntemente desempenhado por mulheres, sobretudo as mulheres negras e pobres.

Esta pesquisa fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, sendo este a base epistemológica que a sustenta. Trata-se de um método de pesquisa e de exposição da realidade cujos aportes teóricos produzem conhecimentos originados da vida concreta. Assim, o método é a reprodução do movimento real do objeto a ser estudado – neste caso, o nosso objeto é a condição de ser mulher no bojo das relações capitalistas –, a fim de priorizar sua existência concreta e efetiva como elemento estruturante do desenvolvimento e da manutenção da sociedade burguesa. Esse processo, segundo José Paulo Netto (2009), evidencia que:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2009, p. 674)

Diante disso, ressalta-se a existência objetiva do fenômeno, além da relação entre sujeito e objeto, em que “[...] a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de neutralidade, geralmente identificada como objetividade” (NETTO, 2009, p. 674), visto que nas Ciências Sociais o processo de compreensão/estudo da realidade implica uma conexão em que o sujeito está ligado ao objeto.

Como mulher, observo a condição de opressão a que somos submetidas na sociedade capitalista; por conseguinte, não há como analisar esse fenômeno social sem um posicionamento, logo, sem um envolvimento. É sobre essa relação, entre o sujeito e o objeto, que falamos. Assim, esse processo requer do sujeito que pesquisa uma posição ativa para superar a aparência do objeto, de modo a alcançar sua essência mediante a identificação de sua estrutura e de sua dinâmica – ou seja, de seus fundamentos.

Por conseguinte, nosso objeto de estudo centrou-se na relação do capitalismo com o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino, tendo a presente pesquisa os seguintes objetivos específicos: a) identificar os aspectos que constituem o trabalho produtivo e reprodutivo na sociedade capitalista a partir da divisão sexual do trabalho; b) analisar se a condição das mulheres na atualidade tem relação com aspectos estruturantes da opressão e da exploração feminina no âmbito do capitalismo.

Para que se apreenda o processo acima mencionado, utilizamos, no desenvolvimento desta pesquisa, a abordagem qualitativa, visto que se pretende identificar uma realidade que não pode ser quantificada – a desvalorização do trabalho feminino na sociedade capitalista –, e aspira-se a compreender a totalidade que essa envolve. Sendo assim, a abordagem torna-se apropriada, uma vez que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2012, p. 80)

Os dados da presente pesquisa foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, para que se privilegie a liberdade do entrevistado para expor suas ideias e favoreça o conhecimento de suas trajetórias de vida e experiências sociais.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. (BONI; QUERESMA, 2005, p. 75)

Quanto ao cenário e aos sujeitos entrevistados, nossa pesquisa foi composta por cinco mulheres que residem em São José dos Campos, Vale do Paraíba Paulista. Desse universo, foram escolhidas duas mulheres feministas indicadas por movimentos sociais da cidade e três mulheres casadas indicadas por colegas de trabalho, por apresentarem o perfil que buscamos: mulheres fora do nosso círculo de amigos, mulheres casadas, mulheres com filho, mulheres que realizam trabalho fora do espaço doméstico e mulheres sem atividades fora do espaço doméstico. A escolha da cidade deu-se devido à pesquisadora residir na região, facilitando a locomoção e o acesso às participantes que fazem parte do seu círculo social.

Vale ressaltar que, com base na abordagem escolhida (pesquisa qualitativa), não envolvemos um número expressivo de sujeitos, visto que nessa perspectiva o central é a densidade de suas experiências e não a quantidade de pessoas envolvidas. Dessa forma, a partir do entendimento de que os sujeitos individuais expressam os sujeitos coletivos e as suas demandas, buscamos mulheres que possam narrar o que procuramos conhecer. Nesse sentido, a escolha da amostra foi intencional.

Como não estamos procurando medidas estatísticas, mais sim tratando de vivências, não trabalhamos com amostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa. (MARTINELLI, 1999, p. 23)

Para resguardar o anonimato das mulheres entrevistadas, utilizamos pseudônimos, chamando-as com nomes de mulheres que ao longo de suas vidas se dedicaram à luta das mulheres.

Apresentado o cenário e as participantes, destaca-se que, no momento da entrevista, foi entregue/enviado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, bem como explicadas as circunstâncias da entrevista, que, devido ao contexto de pandemia da COVID-19, foram realizadas de forma remota via plataforma digital *Skype*, respeitando a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de se fazer o isolamento social como a melhor alternativa contra o coronavírus. Assim, mesmo que de forma remota, as entrevistas foram registradas através de gravador, para que nenhuma informação se perdesse e que os registros fossem feitos de forma fidedigna com os relatos.

Também em relação ao instrumental de coleta de dados adequado a esse momento de crise sanitária que o mundo está vivendo, importa mencionar que sua forma de aplicação, apesar de trazer alguns limites, principalmente pela frieza que a relação humana vivenciada através das telas pode trazer, não trouxe para a pesquisa realizada perdas significativas, pois as participantes se mostraram muito abertas e tranquilas para responderem as perguntas. Entretanto, reconhece-se a falta de se experienciar tal diálogo de forma presencial.

Frente ao exposto e obedecendo às orientações éticas, todas as informações obtidas mediante a entrevista serão guardadas por um prazo de cinco anos, sendo descartadas após o período definido.

Ressalta-se que, ao finalizarmos a etapa de coleta de dados, iniciamos o trabalho de transformação das informações e o tratamento de dados, os quais envolverão a transcrição das entrevistas, o agrupamento das ideias e a seleção do material conforme os objetivos propostos e análise dos dados.

2 TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO SOB A ÓTICA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: A REALIDADE VIVENCIADA PELAS MULHERES

“Não se nasce mulher, torna-se mulher.”

Simone de Beauvoir

Neste capítulo abordamos os aspectos que constituem o trabalho produtivo e reprodutivo a partir do processo de divisão sexual do trabalho instaurado pelo modo de produção capitalista, de modo a apresentar, por meio das vozes e vivências das participantes desta pesquisa, como esse processo se materializa no cotidiano de vida das mulheres.

Inicialmente, cabe destacar que o trabalho produtivo é o trabalho realizado fora do espaço doméstico, ao passo que o reprodutivo refere-se ao conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas no contexto da família, e que foi atribuído à mulher no processo de divisão social do trabalho. Algumas análises evidenciam que o trabalho reprodutivo visa ao valor de uso, enquanto o trabalho produtivo refere-se ao valor de troca.

Ao analisar a sociedade capitalista, Marx (1987) inicia suas reflexões pelo exame da mercadoria, uma vez que a riqueza da sociedade passa pela produção/acúmulo de mercadorias e pela exploração do trabalho. Tais mercadorias apresentam determinadas propriedades: atendem e satisfazem as necessidades humanas, as quais chama de valor de uso da mercadoria, ou atendem aos interesses dos capitalistas, o que denomina de valor de troca.

Nessa perspectiva, Marx (1987) revela, no campo da produção, a relação de exploração na qual os trabalhadores não recebem o compatível com o que produzem devido ao processo de mais-valia, em que os patrões se apropriam do excedente do que é produzido:

No processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, apropriação de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o objetivo direto do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro e depois em valor de uso. Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de

mais-valia. E o capital só alcança esse produto específico do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo. (MARX, 1987)

Desse processo surge a separação dos espaços de trabalho nos moldes capitalistas, em que temos que o trabalho reprodutivo (doméstico) tornado improdutivo na medida em que não contribui diretamente para a valorização do capital – ou seja, não produz lucro, pois é imediatamente consumido. Entretanto, é pertinente apontar a dependência que a esfera da produção tem da reprodução, uma vez que o modo de produção capitalista evidencia como o universo da reprodução da vida humana passa a ser determinado pelo universo da reprodução do próprio capital:

A precedência da produção sobre a reprodução determina que a base de valor para as atividades desempenhadas pelos seres humanos seja o trabalho produtivo, gerador de riqueza para o capitalista. Essa precedência, em bases capitalistas, é paradoxal. O trabalho de produção domina o de reprodução e, ao mesmo tempo, o trabalho de reprodução sustenta o de produção. (SILVA, 2019, p. 5)

Logo, o capitalismo oculta o trabalho reprodutivo interligado à produção, apesar de este ser parte fundamental para a formação da força de trabalho. Esse aspecto é pontuado por Marx (2019) quando especifica que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também à reprodução.

Se o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da mesma, então todo o tempo de trabalho dispendido no cuidado com a alimentação, com a roupa, com o aquecimento, com a moradia etc são tempos de trabalho sem os quais a força de trabalho não se reproduz adequadamente, logo, esses tempos fazem parte do próprio conceito de valor da força de trabalho. (AQUINO, SOUZA, 2018, p. 4)

Segundo Cintia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, autoras do livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, os seres humanos “precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades” (2019, p. 106). Nesse sentido, afirmam que a reprodução social na sociedade capitalista está estruturalmente ligada à desigualdade de gênero, visto que a reprodução social também é responsável por produzir e substituir a força de trabalho, sendo entendida como uma mercadoria que deve ser garantida ao menor

preço possível. Por isso, o capital convenientemente direciona o trabalho de reprodução social para as mulheres com o objetivo de maximizar seus lucros e, dessa forma, assegurar a gratuidade de parte dessas atividades, não remunerando, por exemplo, as atividades domésticas.

A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada “à família”, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição ao “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 108-109)

Conforme essas autoras, apesar de o trabalho reprodutivo sempre ter existido e ter sido associado às mulheres, foi no capitalismo que houve uma divisão nítida entre “produção econômica” e “reprodução social”, influenciando diretamente no espaço que a mulher ocupa e, concomitantemente, em como ela é vista e se vê na sociedade.

Frente ao exposto, tendo em vista a complexidade que integra e determina a divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, buscamos identificar como essa realidade é entendida e vivenciada concretamente pelas mulheres. Para tanto, conforme já evidenciado na introdução deste Trabalho de Graduação, entrevistamos cinco mulheres que residem no Vale do Paraíba Paulista de idades e posições sociais e ideológicas diferentes.

Assim, para conduzir a nossa reflexão acerca do tema proposto para este capítulo, foram feitas três perguntas para as participantes, a saber: 1) O que elas entendiam como trabalho feminino; 2) Se em suas casas existem diferenças entre homens e mulheres; 3) Se consideram que o fato de serem mulheres as impedem de executar algum trabalho realizado por um homem.

Quanto à primeira pergunta as mulheres explanaram que:

Bom, a minha geração aprendeu que o trabalho feminino é tudo ligado ao trabalho domiciliar. Ainda que você trabalhe fora de casa, a parte laboral da casa é sempre de responsabilidade feminina. A minha geração teve bastantes conquistas, tivemos oportunidade de trabalhar, de estudar, mas sempre tivemos que fazer os dois juntos ou optar muitas vezes. Já escutei muito na minha vida, você não quis casar, você não quis ter filhos, então você não pode estudar, você não pode trabalhar, porque sempre foi colocado na nossa cabeça desde criança que você sempre vai ter que priorizar a parte domiciliar

do que você mesma. Que você como mulher sempre vai ter que pensar primeiro na sua família, no conjunto e nunca em você, na sua vocação, no seu projeto de vida, sempre assim. (Carolina de Jesus)

A participante traz o aspecto geracional como um componente forte para a manutenção ideológica da divisão sexual do trabalho. Considerando que ela tem 46 anos, pode-se afirmar que, de fato, essa ideia era mais naturalizada nos anos 1970, embora muitos jovens ainda hoje acreditem e reforcem tal ideologia.

Já a entrevistada abaixo explicita o seguinte:

Quando eu era criança e na minha adolescência, diria até que durante o período da faculdade mesmo, eu tinha a visão de que realmente havia um trabalho essencialmente feminino, que era o trabalho de cuidado, tanto cuidados domésticos quanto de criação dos filhos, e mesmo as profissões ligadas ao cuidado, como enfermagem, professora de educação infantil. E eu achava isso natural, porque eu tinha claro para mim as divisões de papéis, de que mulheres seriam mais cuidadosas, meigas, gentis, amáveis de maneira geral, e que os homens essencialmente seriam práticos, etc. Mas, no momento que eu comecei a trabalhar numa profissão que não é uma profissão essencialmente de cuidado, eu percebi que isso é uma falácia. Na verdade as mulheres realmente são maioria nessas profissões de cuidado e acabam exercendo isso, mas isso não está relacionado à essência delas, mas, sim, como a sociedade dispôs e desde sempre elas foram colocadas nessas funções. E as poucas mulheres que resolveram desafiar profissões que seriam mais masculinas, geralmente foram recriminadas. (Dandara)

O reforço da lógica capitalista sexista de que a mulher nasce com certos atributos foi apontado por uma das entrevistadas. Portanto, ajudar, acolher, cuidar, educar e servir são, dentre outras, qualidades ditas naturais do comportamento feminino. Em suas palavras:

Eu acho que o trabalho feminino foi sendo criado pelo capitalismo para fortalecer o capitalismo. O que seria o trabalho feminino é o que a gente chama de trabalho de reprodução social, em que tem uma divisão sexual do trabalho que fica para as mulheres as questões de cuidados, trabalhos historicamente mais ligados à casa, cuidado da família, de criança, trabalhos domésticos. (Rosa Luxemburgo)

Embora apresentando alguns pontos similares com os depoimentos acima, as narrativas a seguir trouxeram novos elementos de análise quanto ao entendimento das entrevistadas acerca do trabalho feminino.

É uma pergunta engraçada, porque a sociedade faz questão de dividir isso. Eu acho que não existe isso, eu acho que você faz o que você sabe fazer ou tem condições, seja física ou mental, não consigo nem citar um exemplo, porque eu acho que tudo é o que você consegue fazer, não tem um trabalho específico de mulher. O que não é braçal, trabalhos feitos dentro de casa, costura, crochê, trabalhos manuais, cuidar das crianças, coisas de dentro de casa mesmo. (Marielle Franco)

Olha, para mim trabalho feminino é igual do homem, porque eu acho que não tem diferenciação. Se eu sou professora, meu amigo é professor, ele é homem e eu faço a mesma coisa que ele, não tem diferença. Só que hoje em dia tem muito preconceito, em certas profissões, não em todas. Tem algumas que tem mais, “ah não, você é mulher, você vai ganhar menos que ele”. Mas eu acho que o trabalho é a mesma coisa, se eu sou professora e meu amigo é professor, é a mesma coisa, eu vou fazer a mesma coisa que ele e ele vai fazer a mesma coisa que eu, não tem diferença. (Flora Tristan)

Na concepção das participantes Marielle Franco e Flora Tristan, não existe um tipo de trabalho a ser caracterizado como feminino, assim, homens e mulheres podem exercer as mesmas funções, o que é verdadeiro. No entanto, há que se destacar que essa foi uma conquista árdua da mulher, pois durante muitos séculos os papéis entre os sexos foram frontalmente demarcados e a mulher sequer poderia trabalhar fora do ambiente doméstico. Ainda hoje existe preconceito em relação às ocupações profissionais, a exemplo da desconfiança que muitas pessoas têm ao saberem que uma mulher está exercendo o comando de uma aeronave. Ademais, persistem diferenças salariais entre homens e mulheres. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada no ano de 2018 mostra que a mulher recebe menos do que os homens em todas as ocupações. De acordo com a pesquisa: “Mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país” (OLIVEIRA, 2019).

No que tange à segunda pergunta sobre a existência de diferenças entre homens e mulheres em suas casas, as entrevistadas responderam o seguinte:

Sim, sempre houve diferença entre homens e mulheres. Por mais que a gente fale que não, que a gente mesma queira acreditar que não, a diferença sempre houve sim. Sempre, como eu já falei, o homem foi poupado de muita coisa, tanto na família que eu nasci, como na minha família agora. O machismo, tanto por parte do homem quanto pela mulher, é bastante acentuado ainda, pois quer queira quer não, existe diferença sim. Como eu falei a mulher sempre estará em clara desvantagem. (Carolina de Jesus)

Constata-se em seu depoimento consciência sobre tais diferenças, ficando evidente que a realidade capitalista se impõe e mantém esse padrão, o qual é difícil de ser desconstruído nessa sociabilidade. Isso fica claro no relato a seguir:

Na minha família de origem com minha mãe e meu pai, eu tenho um irmão mais novo, na verdade eu tenho dois irmãos mais novos, um tem 22 anos e o outro 5 anos, então não convivi muito com meu irmãozinho menor, mais com o maior. Como nossa diferença era de 3-4 anos, todo o trabalho (de casa) era para mim, era comigo. Então, minha mãe saía para trabalhar, porque minha mãe e meu pai estão juntos ainda e sempre trabalharam fora, e por isso os cuidados da casa era eu que fazia, tanto que meu irmão de 22 anos até hoje minha mãe lava a roupa pra ele, minha mãe ainda lava as cuecas dele, minha mãe ainda faz tudo pra ele. Porque para mim enquanto mulher foi ensinado que eu tinha que fazer e para ele não. E agora na minha casa com meu companheiro e com meu filho, eu tento ensinar algumas coisas de acordo com a idade também, porque ele tem 8 anos. Eu tento ensinar coisas de trabalho da casa e ele vê também que por mais que a responsabilidade ainda acabe ficando sobre a mulher, aqui em casa meu companheiro faz muita coisa, mas a gente entende também que não é ele fazer muita coisa, não faz mais que a obrigação, além disso, a responsabilidade ainda acaba ficando sobre a mulher. Teoricamente, até a culpa de ter feito ou não ter feito algumas coisas dentro de casa é mulher que tem mais. (Rosa Luxemburgo)

Esse processo ideológico (e material) de construção do comportamento feminino determinado pelo patriarcado reflete também na reprodução de opressões entre as próprias mulheres, conforme mencionado pela entrevistada. Contudo, a partir da compreensão da estrutura social patriarcal, é importante ressaltar que sendo o machismo uma opressão do homem sobre a mulher, não podemos considerar que mulheres são machistas, mas que podem vir a reproduzir pensamentos machistas, isso porque, na estrutura patriarcal, uma mulher não está no topo da hierarquia em nenhuma situação por ser mulher.

Esse sistema patriarcal se configura como um pacto social entre os homens no sentido de garantir privilégios, exploração e dominação. Para tanto, tal estrutura é munida de uma forte ideologia que estabelece normas sociais que ditam a construção social do sexo ao atribuir valores, atributos, qualidades e símbolos à figura da mulher. Por sua vez, determina como devem se comportar e quais espaços lhe cabem na sociedade. (CISNE, DANTAS, 2017, p. 79-80)

A entrevistada Dandara também traz o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres no espaço doméstico, seja na forma de tratamento, na realização de atividade ou nas relações em geral.

Sim, na minha casa há diferenças. Apesar de o meu pai participar muito com os cuidados domésticos, mais do que a maioria dos homens, eu ainda sinto que é da minha mãe principalmente essa tarefa. (Dandara)

Apesar de também afirmar a diferença na tratativa entre homem e mulher em sua casa, traz um elemento mais perceptível na atualidade: a participação do homem nas tarefas domésticas. Entretanto, vale destacar que essa realidade não é a da maioria das mulheres, visto que a figura do homem nem sempre se faz presente, sobretudo para mães solas que, além de darem conta das atividades domésticas e de criação de um(a) filho(a), ainda precisam prover o sustento financeiro familiar. Tudo isso, em muitos casos, sem qualquer tipo de apoio familiar ou do Estado. E mesmo nos casos como o da entrevistada, em que exista a participação do homem, socialmente a responsabilidade primária com as atividades domésticas ainda recai sobre a mulher.

Já as depoentes abaixo apontam que o trabalho doméstico é exercido de forma igualitária entre o casal.

Não. Tinha quando eu era solteira, com meus irmãos, mas entre eu e meu marido, não. A gente faz tudo junto. Eu tenho amigas que falam “ai que saco, o meu marido está de férias”, eu falo “ai que ótimo”, porque a gente não tem essa de “o marido está em casa, ele não faz nada”, não existe isso aqui. (Marielle Franco)

Não, eu acho que todo mundo é igual. Se está dentro da minha casa, eu, meu filho e o meu marido, tem que fazer tudo. Se você come, você tem que fazer comida. Se você suja, você tem que lavar sua roupa. Todo mundo tem que ser igual, só porque eu sou mulher, eu tenho que ser empregada? Não. A minha criação foi diferente, minha

mãe já me criou para fazer tudo. Você é mulher, você tem que lavar, passar, arrumar, cozinhar, fazer tudo em casa e o homem não pode fazer nada. Mas a educação que eu dei para meu filho é diferente, ele tem que fazer tudo. (Flora Tristan)

Ainda que com desafios, as mulheres explicam que, no contexto familiar atual, a perspectiva do patriarcado foi quebrada mediante a maior participação dos seus companheiros nas atividades domésticas e com a inserção de princípios baseados na igualdade de gênero na educação de seus filhos/as.

Dando sequência às perguntas, quando questionadas se o fato de serem mulheres seria um impeditivo para executarem algum trabalho realizado por homens, as participantes apresentaram os seguintes apontamentos:

Não, na minha área não impede. A área que eu escolhi que é a área da enfermagem, área biológica, não impede não. Novamente falando, geralmente o meu cargo é tudo muito igual, eu sou técnica em enfermagem e o trabalho é sempre igual, não tem assim muita benesse do masculino ou feminino. Na área da enfermagem ele acaba trabalhando em setores que exijam mais a força motora dele do que da mulher. Mas olhando na parte de supervisão, como eu cheguei a fazer enfermagem e acompanho muito os enfermeiros, na parte de supervisão, novamente, eu observo que os enfermeiros pleiteiam cargos que são mais fáceis de eles conseguirem em detrimento das mulheres. (Carolina de Jesus)

A entrevistada traz em sua fala um elemento que reafirma as bases patriarcais da sociedade capitalista quando expõe que, para alguns cargos de supervisão, o acesso é mais fácil para os homens. Isso decorre de o patriarcado ser um sistema social que privilegia os homens, conforme mencionado, no qual a figura masculina predomina as funções de lideranças como reflexo do poder primário concedido a eles enquanto autoridade moral, intelectual e de controle de propriedades.

Essa relação social de exploração-dominação é facilmente assimilada tendo como base a enfermagem, pois, ao tratar do cuidado de pessoas, o trabalho é compreendido como extensão dos trabalhos domésticos no espaço privado, esfera em que o homem socialmente mantém o domínio da família, subordinando mulher e filhos/as à sua autoridade. Por isso, trabalhos como o de enfermagem são majoritariamente ocupados por mulheres e salarialmente desvalorizados.

A subordinação da mulher e os *dons* ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos *naturais*, extensões de habilidades *próprias de uma essência feminina* vinculada às atividades reprodutivas, não são consideradas como capacidades de trabalho, como algo tecnicamente especializado. A ideologia dominante sobre o que é ser mulher reproduz qualidades e valores que são naturalizadas como femininas conferindo legitimidade à relação exploração-dominação. (CISNE; DANTAS, 2017, p. 76)

Outros depoimentos reafirmam que ser mulher não é obstáculo para o exercício de atividades ditas masculinas ou realizadas majoritariamente por homens:

Não impede nenhum trabalho que o homem realiza (risos). Aliás, a gente é muito mais capaz do que eles na maior parte das vezes. (Dandara)

Acho que não, porque somos capazes de exercer qualquer trabalho. (Flora Tristan)

A proposta de igualdade na execução e na valorização de atividades entre homens e mulheres deve ultrapassar a discussão de quem possa realizar melhor determinada atividade, para que, de fato, seja uma proposta equânime, e para que a hierarquização e a separação das atividades com base na divisão sexual do trabalho, que muito impacta negativamente a vida das mulheres, sejam suprimidas.

Conforme afirma Heleieth Saffioti (2015), gênero não compreende por si só as desigualdades entre os sexos, cabendo incorporar à análise, além da categoria da estrutura patriarcal, as categorias de classe e raça, uma vez que as relações sociais de sexo na sociedade capitalista evidenciam os interesses antagônicos que estão diretamente ligados às relações sociais de classe.

À vista disso, o conceito de relações de sexo é apreendido por estudiosas como Mirla Cisne e Maressa Dantas, em substituição ao conceito de gênero que “[...] tem sido adotado, prioritariamente em uma perspectiva culturalista, que prioriza as representações e símbolos em detrimento da análise das relações materiais.” (CISNE; DANTAS, 2017, p. 78). Enquanto as relações sociais de sexo se inserem no contexto macroestrutural como análise crítica:

O conceito francês de relações sociais de sexo, que entende tais relações como *rappports*, ou seja, as que dizem respeito às relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe, facilita-nos a fundamentação do nosso posicionamento teórico-político de que é

impensável estudar as relações sociais entre os sexos dissociadas das dimensões de 'raça' e de classe. (CISNE, 2014, p.67 apud CISNE; DANTAS, 2017, p. 78)

Já a entrevistada Marielle Franco afirma o seguinte:

Não sei se impede; eu como mulher tenho muito medo, como eu vou falar isso pra você... de coisas que eu tenho que fazer força, isso me impede, que eu gostaria de não precisar, se eu precisar pintar uma parede ou quebrar alguma coisa, eu gostaria de fazer e não precisar pedir. (Marielle Franco)

Para ela, a força física é um impeditivo para realização de determinadas atividades. No entanto, nota-se em sua percepção a frustração de ter que pedir a um homem para realizar trabalhos dessa natureza. Ao passo que, para outras mulheres, esse elemento pode passar despercebido, ser irrelevante.

Outros aspectos ainda foram mencionados:

Eu acho que dificulta alcançar certas coisas, eu não acredito que ser mulher impeça. Como eu vou te explicar isso... eu não vou ter a mesma liberdade de ter um trabalho que precise fazer várias viagens, por exemplo. O meu companheiro trabalha e já teve ocasiões que precisou ficar mais de uma semana fora, que ele viajou, foi para outro estado, e com isso ele consegue atingir outros pontos da carreira dele, alcançar outros patamares. Coisa que provavelmente eu não conseguiria fazer, eu não conseguiria ficar mais de duas semanas fora por conta do meu filho. Então, eu acho que para a mulher tem questões que tornam mais difícil, fora todo preconceito que a mulher engravida e várias outras coisas que fazem com que o trabalho seja desvalorizado, mas também impedem de se alcançar outros patamares. (Rosa Luxemburgo)

Sob o seu ponto de vista, a condição de mulher não impede a realização das atividades em si, mas o papel socialmente atribuído à mulher pode dificultar que desenvolvam algumas atividades, bem como diminuir oportunidades profissionais.

Muitas mulheres, com o matrimônio ou com a maternidade, acabam abandonando suas carreiras profissionais, comumente pressionadas por seus parceiros ou pelo desgaste que deriva da dupla (ou até mesmo tripla) jornada de trabalho diária. Em alguns casos, a própria mulher opta por se dedicar apenas ao trabalho doméstico. O objetivo não é questionar a escolha dessas mulheres, mas julga-se pertinente refletir até que ponto essas escolhas são feitas de forma livre e consciente.

No que se refere aos limites enquanto mãe dos quais alude a entrevistada Rosa Luxemburgo, é importante esclarecer que, do ponto de vista biológico, existem fatores que impulsionam o vínculo entre mãe e filho/a desde o período gestacional, através da herança genética materna com a transferência do DNA mitocondrial¹, como também pelo fato de o bebê receber o sangue e alimento da mãe, isto é, o metabolismo materno está diretamente relacionado com o metabolismo do feto. Essa vinculação se mantém após o nascimento, com a amamentação, que segundo especialistas trata-se de importante contato para o desenvolvimento neurológico e biopsicossocial da criança.

Portanto, entende-se a colocação da entrevistada acima, pois evidentemente algumas tarefas, como a amamentação, só podem ser realizadas pela mulher, e esse processo biológico é desencadeador dessa vinculação mais ampliada entre mãe e filho. Certamente, não é regra geral.

Na abordagem psicanalítica, por exemplo, a maternidade e a paternidade não dizem respeito ao sexo, mas ao papel que essas figuras proporcionam para a criança. No período inicial do desenvolvimento infantil, o vínculo materno desempenhado pela mãe (ou por quem cumpre essa função) torna-se essencial para que a criança se desenvolva satisfatoriamente, uma vez que a saúde mental do indivíduo é construída através de um ambiente facilitador para que os processos evolutivos do bebê se desenvolvam, dando base para o seu progresso físico e emocional. Assim, oferecer um ambiente afetivo e cuidadoso para a criança permite-lhe desenvolver capacidades essenciais para a vida adulta e sua autonomia.

Contudo, vale ressaltar que, no decorrer da História, o papel da mulher em relação à maternagem², bem como às atividades laborais, foram adaptados aos interesses e sistemas culturais/simbólicos de cada época.

1 DNA que está no citoplasma da célula e é herdado somente da mãe, independente do sexo do filho. Esse DNA materno tem genes que produzem algumas enzimas com uma série de funções e características.

2 GRADVOHL et al. (2014) apontam que diferentemente da maternidade tradicionalmente determinada por um processo biológico em que se estabelece uma relação consanguínea entre mãe e filho/a, a maternagem é caracterizada pelo vínculo afetivo, de cuidado e acolhimento de uma mãe para com seu filho/a. Sendo assim, a maternagem trata-se de uma escolha que na atualidade, segundo os autores, questiona a necessidade dos vínculos biológicos através das novas configurações de família, bem como os papéis de gênero socialmente relacionados aos cuidados de um filho/a.

Sob a perspectiva sociológica, como a criança nasce em um campo social anterior a ela, geralmente, a mãe tem um peso forte no repasse cultural à criança, que conta também com outros agentes responsáveis nesse processo, como a mídia, a escola, a família, etc.

O fato é que em uma sociedade conservadora, associa-se a maternagem à feminilidade, de maneira a pressupor o ser mãe como resposta ao ser mulher. Não é incomum escutarmos expressões como "instinto materno", "amor de mãe", entre outras frases que expressam um suposto afeto natural e intuição maternal definidores de uma boa mãe.

Assim, ao se desconsiderar a construção afetiva e da tarefa doméstica socialmente convencionada, tanto as atividades de cuidado dos filhos quanto da casa passam a ser inviabilizados enquanto trabalho, incorporando-se a essas atividades o discurso baseado no amor, na afetividade, no atributo feminino, na obrigação da mulher, entre outros mecanismos ideológicos.

Ir contra essa lógica, além de ocasionar um julgamento externo, também faz com que muitas mulheres se sintam culpadas quando não podem amamentar, mesmo por motivos biológicos³, ou por terem que deixar seus filhos na creche para trabalhar, e até mesmo por não se identificarem com a maternagem e não idealizarem uma relação monogâmica e heterossexual. Esses aspectos, ao interferirem de forma concreta na vida das mulheres, criam limites a elas, enquanto aos homens não.

Importa ainda mencionar, em relação aos aspectos latentes e/ou subjacentes nos depoimentos das entrevistadas, que a divisão do que é atividade laboral do homem ou da mulher infere no espaço que as mulheres ocupam na sociedade, na medida em que "a divisão sexual do trabalho é uma relação material determinante para a sustentação da ideologia de uma suposta interiorização natural da mulher." (DANTAS; CISNE, 2017, p. 76).

Logo, essa separação do que é considerado trabalho masculino e feminino, como base para o desenvolvimento e manutenção do próprio capital, resulta na

3 A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo por 6 meses. Depois desse período, com a introdução de outros alimentos, a criança pode ser amamentada até os 2 anos ou mais, sem especificar limite. Porém, no caso de algumas doenças transmitidas pelo leite, a amamentação pode não ser a melhor opção ou até mesmo ser proibida, como, por exemplo, o HIV.

valorização do trabalho produtivo masculino destinado à esfera pública/política, ao passo que a mulher vinculada à reprodução social é fadada à esfera privada, considerado um espaço sem valor.

Sendo assim, refletir e compreender a divisão sexual do trabalho existente no capitalismo torna-se vital para desvelar o processo de acumulação capitalista, bem como identificar as raízes do sistemático processo de opressão e exploração vivenciado pelas mulheres nesse sistema econômico – e tão claramente expostos pelas participantes de nossa pesquisa.

3 DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: A RELAÇÃO ENTRE ESFERA DOMÉSTICA E PROFISSIONAL

“O que o capital estabelece para nós é o caminho da reprodução para o capital.”

Tithi Bhattacharya

Apresenta-se, nesse capítulo, a relação da feminização do trabalho entre as esferas privada e pública, de modo a buscar compreender como a forma de constituição desses espaços determina a condição da mulher na sociedade capitalista a partir da dimensão do trabalho. Tem-se em vista que:

A feminização do trabalho, apreendida sob uma análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital, tanto na esfera pública, quanto privada. Na esfera privada pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia, em grande medida, da reprodução social que possibilita a força de trabalho estar em condições de garantir a produção social. Na pública, pela desvalorização, subordinação e exploração intensificada, que se expressam nos baixos salários e na precarização do trabalho feminino. (DANTAS, CISNE, 2017, p.76)

Posto isso, primeiramente convém realizar uma breve contextualização histórica sobre a relação de gênero e o desenvolvimento capitalista, em que tomaremos como base de compreensão a análise realizada por Viviane Zerlotini da Silva no artigo “As relações de gênero na produção capitalista do espaço de trabalho”. Nesse texto, a autora expõe o contexto social em que se originou o espaço de trabalho produtivo sob o modelo econômico capitalista.

Silva (2019) retrata o processo do desenvolvimento capitalista a partir da produção doméstica para o mercado externo entre os séculos XVI e XIX, que, em seu início, tinha como característica um forte vínculo familiar. Nesse período, a família controlava a produção por meio de relações comuns⁴ de trabalho, de modo a envolver todos os membros.

Nesse sentido, a economia familiar era exercida com relativa autonomia pelos diferentes integrantes da família, os quais tinham a incumbência de desempenhar as

4 Relações comuns de trabalho refere-se a variadas tarefas realizadas por cada membro da família, em que ambos os sexos desempenhavam serviços domésticos, de cuidado com os animais e colheita, contribuindo assim para formação socioeconômica familiar.

tarefas de reprodução e de produção com base no entendimento de que cada novo membro deveria contribuir para a subsistência do grupo assim que a idade permitisse.

No entanto, a autora aponta que esse cenário é alterado a partir do século XVII com o surgimento do capitalismo comercial, momento em que burguesia torna-se classe dominante. Os valores do mundo doméstico burguês começam a ser implantados de forma progressiva, perpassando os sistemas de produção (putting-out, putter-out⁵), sobretudo com a inserção do processo de mais-valia, que promoveu novas divisões de trabalho – inclusive a divisão do trabalho por sexo, conforme exposto no primeiro capítulo.

Silva (2019) ressalta que, com o desenvolvimento do sistema fabril e as principais mudanças desse processo, tais como putter-out, taylorismo, fordismo e toyotismo, o trabalho feminino, em decorrência dos ciclos do capital, passa a ser caracterizado pela informalidade, pela precariedade e pela baixa remuneração. Além disso, a mão de obra feminina passa a ser responsável por realizar as atividades de reprodução, essenciais para desempenho da força de trabalho masculina no mercado, de acordo com o contrato formal entre trabalho e capital.

Sendo assim, a autora sustenta que a discussão sobre as origens dos espaços de trabalho está vinculada à divisão sexual do trabalho, pois, conforme aborda, durante o desenvolvimento do capitalismo comercial entre os séculos XII e XVIII, as antigas unidades domésticas (como as indústrias domésticas rurais e as oficinas dos artesãos urbanos) foram transformadas em empresas familiares pelo modo de produção putting-out, ou seja, um formato de sistema doméstico de atividades laborais. Deu, portanto, início à divisão sexual do trabalho que permitiu liberar os indivíduos do sexo masculino para o desempenho de atividades produtivas, enquanto as tarefas domésticas ou mal pagas eram destinadas às mulheres.

5 Silva (2019, p. 10), define o sistema putting-out como empresas familiares nas quais o capitalista controla a distribuição de matéria-prima, ferramentas e produtos, enquanto a produção é realizada no ambiente doméstico. Já o sistema putter-out refere-se à organização da produção para geração de mais-valia, separando-se o trabalho manual dos artesões e o trabalho intelectual do capitalista: “O trabalhador perde o controle sobre o produto e sobre o processo de trabalho. Seu fornecimento de matéria-prima e a encomenda de determinado produto incorporam ao capital do mercador o uso da força de trabalho pelo tempo necessário para a produção da quantidade solicitada de mercadoria.” (SILVA, 2019, p. 12)

Segundo Silva (2019), essa foi a primeira condição social para, posteriormente, na manufatura, instituírem-se espaços exclusivos de produção, contrapondo-se ao padrão doméstico de organização espacial anterior, que abrigava atividades produtivas e reprodutivas sem distinção. Nestas, os indivíduos contribuíam para a subsistência do grupo mediante a autonomia coletiva na organização e no controle das atividades de produção, consumo e de força reprodutiva de trabalho social.

Dessa forma, explica a autora, no capitalismo assenta-se a divisão sexual do trabalho para este sistema sobreviver, mantendo-se na contemporaneidade as distinções entre trabalho masculino e feminino, segundo os interesses e a própria dinâmica de funcionamento desse sistema.

Considerando esse percurso histórico, ainda que evidenciado laconicamente, buscamos neste capítulo apresentar como ocorrem os impactos do processo de exclusão da mulher na esfera produtiva na atualidade, bem como o processo de desvalorização do trabalho doméstico na esfera privada, correlacionando esses espaços.

Para alcançarmos tais objetivos, realizamos as seguintes perguntas para as entrevistadas: 1) Você considera que o trabalho da mulher passa por um processo de desvalorização? Por quê? 2) Onde você trabalha existe diferença na forma de tratamento entre homens e mulheres? Se sim, explique como isso ocorre.

As respostas que obtivemos para a primeira questão foram:

Total, uma coisa que eu sempre comento, eu sou dona de casa, e eu sinto o preconceito às vezes de algumas mulheres que trabalham: “nossa, você é só dona de casa”. E isso é muito chato. Porque no Brasil, se você conhece uma pessoa, a primeira coisa que ela te pergunta é “com o que você trabalha?”. Super chato. (Marielle Franco)

Com certeza! Eu não sei se é o preconceito que existe ainda por a mulher ter independência no trabalho, financeira, ter a vida dela, que parece que o trabalho dela é meio desvalorizado. (Flora Tristan)

Aqui a entrevistada parece-nos mencionar dois aspectos interessantes: o primeiro é algo mais subjacente à própria dinâmica das relações sociais capitalistas e se refere ao processo de dominação que o homem ainda exerce sobre a mulher, elemento vinculado mais ao machismo do que ao preconceito em si. De fato, muitos

homens mostram contrariedades nessa independência da mulher. O segundo aspecto associa-se ao conservadorismo existente da sociedade pelas conquistas das mulheres no que toca à sua emancipação no campo do trabalho. Na sequência, Flora Tristan ainda complementa que:

Você vê em tudo, às vezes a mulher é dona de casa, ela não trabalha fora, mas ela é dona de casa, ela faz tudo em casa, e uma pessoa fala “você não trabalha?”. Lógico que ela trabalha, ela trabalha em casa. Eu acho que é isso, o trabalho da mulher é desvalorizado, isso é. Em tudo que é lugar, você vê que é desvalorizado. (Flora Tristan)

Nos depoimentos de Marielle Franco e Flora Tristan, fica evidente o não reconhecimento da mulher como trabalhadora quando esta desempenha exclusivamente o trabalho doméstico. Isso porque a sociedade, ao valorizar apenas o trabalho produtivo, desconsiderando o trabalho reprodutivo que o sustenta, marginaliza a mulher que não realiza o trabalho assalariado.

Pode-se dizer que essa forma de inferiorização do trabalho doméstico, e mesmo da própria pessoa (na sua condição humana), correntemente vinda de outras mulheres, intensifica-se quando se leva em consideração a exclusiva inserção da mulher no mercado de trabalho. Isso é contraditório, tendo em vista que, para a maioria das mulheres, ter um trabalho assalariado não significa a suspensão das atividades domésticas, mas a intensificação da sua carga de trabalho, visto que ela terá que realizar ambos.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (ANTUNES, 1999, p. 108-109 apud DANTAS; CISNE, 2017, p. 76)

Nesse sentido, refletir sobre a desvalorização do trabalho feminino compreende questionar a lógica capitalista que confere mais valor – no sentido de

importância – à produção de uma mercadoria ou à prestação de um serviço remunerado do que ao cuidado, à organização e à manutenção de vidas.

Na sequência dos depoimentos, outra entrevistada também explicita, de forma muito consciente, o processo de desvalorização do trabalho da mulher na sociedade capitalista, sinalizando que:

Historicamente o trabalho da mulher, nosso trabalho, produz muito valor para o capital. Ele produz diretamente a mão de obra com os filhos, ou seja, pela manutenção mesmo. Então, se a criança está indo para escola limpinha e alimentada é trabalho de alguma mulher, e se o homem está indo trabalhar alimentado, é trabalho da mulher, e esse trabalho não é valorizado, tanto monetariamente, financeiramente, porque a gente não recebe nada por isso, quanto socialmente mesmo. Tanto que trabalhos femininos como enfermeiras, assistentes sociais, trabalhos que são uma extensão do cuidado da casa, extensão do trabalho doméstico, são socialmente desvalorizados e financeiramente desvalorizados. Então, para além do trabalho doméstico que a gente não recebe nada, os trabalhos em que a maioria dos trabalhadores são mulheres, como enfermeiras e assistentes sociais, a gente recebe pouco, a gente é socialmente desvalorizada. As enfermeiras geralmente são muito desvalorizadas. Na questão da saúde, é muito enaltecido o trabalho dos médicos que são em sua maioria homens, e o trabalho das enfermeiras nem tanto, das assistentes sociais, enfim, nosso trabalho é muito desvalorizado, tanto financeiramente quanto socialmente. (Rosa Luxemburgo)

Com base em seu depoimento, Rosa Luxemburgo mostra-nos como a histórica desvalorização do trabalho feminino, destinado à esfera privada, repercute significativamente na feminização do mercado de trabalho formal, cabendo-nos, a partir dessa constatação, analisarmos esse processo criticamente.

Apesar de a inserção da mulher no mercado de trabalho integrar o conjunto de direitos femininos legitimamente conquistados através de muita luta, possibilitando a ampliação desses direitos, tal como a disputa e o alcance de outros, esse processo não elimina as desigualdades de gênero, uma vez que também se revela enquanto fenômeno constitutivo de um contexto mais amplo de reestruturação produtiva do capitalismo, no qual a emancipação das mulheres fica interligada às contradições do movimento do capital, como nos apontam Dantas e Cisne:

A partir da crise do capital iniciada na década de 1970, vêm se desenvolvendo transformações no modo de produção e reprodução do

capital, das quais se destacam a mundialização, a reestruturação produtiva e a financeirização relacionadas ao neoliberalismo. [...] Para se compreender, portanto, criticamente a expansão da feminização do mercado de trabalho [...] é importante ir além da simples aparência expressa em pensamentos como: a mulher está se emancipando, a mulher conquistou sua independência, liberdade e autonomia com a entrada no mercado de trabalho. (2017, p. 81)

Logo, as mulheres ficam submetidas às condições mais precárias no mercado de trabalho, além de sofrerem uma sobrecarga com as atividades domésticas e familiares, bem como o peso da responsabilização sobre as expressões da questão social. De acordo com as autoras, desse processo também resulta a desresponsabilização do Estado em relação à garantia da reprodução social, como também possibilita ao capital ofertar baixos salários à classe trabalhadora, devido a parte das suas necessidades serem supridas através do trabalho feminino de maneira gratuita/não remunerada.

Ainda em resposta à primeira pergunta, cujo foco foi o de levantar se as entrevistadas consideram haver desvalorização do trabalho da mulher na sociedade, a depoente evidenciou aspectos fundamentais, a saber:

Sim, na realidade ele não passa por um processo de desvalorização. Ele já é desvalorizado desde o princípio, porque como já é usual que não é mais que sua obrigação (mulher) fazer dupla jornada, não é mais que sua obrigação tirar nota boa na faculdade e olhar seu filho, e olhar sua casa, fazer seus afazeres, e como é comum ao longo da história, a história da bela, recatada e do lar. E como já sempre foi um serviço sem remuneração de dinheiro, de ônus, ela já vem historicamente sendo desvalorizada se a gente for falar por essa parte de capital. (Carolina de Jesus)

Nota-se que ambas entrevistadas, Rosa Luxemburgo e Carolina de Jesus, além de relacionarem a desvalorização do trabalho doméstico não remunerado com o trabalho desigual e desprestigiado da maioria das funções desempenhadas pelas mulheres de forma remunerada, também trazem em suas falas o elemento histórico pelo qual se forjou o papel da mulher na sociedade capitalista, ou seja, o de naturalização do trabalho reprodutivo feminino. Cabe registrar que esse papel foi facultado mediante sistemática degradação social feminina, tendo em vista obter um modelo de feminilidade que atendesse aos interesses do capital.

Sendo assim, o que as participantes revelam em suas falas não diz respeito apenas a uma desvalorização contemporânea do trabalho, mas expressam os

resquícios e as novas configurações dos mecanismos utilizados desde o período pré-capitalista da opressão e da exploração da mulher.

Diante do exposto, consideramos que, por mais que a luta por igualdade de gênero tenha alcançado avanços significativos, sobretudo a partir do século XIX, as bases de opressão e de exploração presentes no período pré-capitalista ainda hoje se evidenciam e determinam a vida das mulheres.

Assim, com o propósito de desvelar esses mecanismos, reafirmando oposição à concepção da condição da mulher na sociedade capitalista como resultado de um transcurso natural e não imposto, como de fato ocorreu, faz-se necessário compreendermos como esse processo se deu.

No livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, a autora Silvia Federici (2017) propõe repensar o desenvolvimento do capitalismo a partir de uma perspectiva feminista. Para isso, centraliza sua análise na transição do feudalismo para o capitalismo, buscando identificar o papel das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva nesse processo, destacando como a caça às bruxas “foi tão importante para o desenvolvimento da sociedade capitalista quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2017, p. 26).

Sua obra conecta analiticamente o desenvolvimento do capitalismo, a crise de reprodução e as lutas sociais feministas, de modo a evidenciar a opressão de gênero como elemento estrutural e fundamental para o desenvolvimento capitalista.

De acordo com a autora, no período feudal as servas eram menos dependentes dos seus parentes do sexo masculino, isso porque, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a vontade do senhor feudal que, enquanto proprietário dos servos, tentava controlar suas vidas desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual.

Outro fator apresentado por Federici (2017) que determinava essa condição era o fato do cultivo da terra ser realizado pela unidade familiar, em que as mulheres trabalhavam e tinham acesso à produção, não precisando necessariamente de seus maridos para se manterem.

Como o trabalho no feudo estava organizado com base na subsistência, não existia uma separação entre a produção de bens e a reprodução da força de

trabalho, uma vez que todo trabalho contribuía para o sustento familiar. Logo, a divisão sexual do trabalho era menos enfatizada, visto que as mulheres “trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens”. (FEDERICI, 2017, p. 52-53).

Nesse contexto, aponta a autora, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares. As tarefas realizadas pelas servas como lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais, eram realizadas em conjunto com outras mulheres, demonstrando que a divisão social do trabalho, além de não ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de reprodução para as mulheres, permitindo-as enfrentarem os homens a partir da construção de uma rede de sociabilidade e solidariedade feminina.

No entanto, destaca Federici (2017), a posição das mulheres nos feudos não era estática, pois eram determinadas pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais.

Em relação a esse quadro, a autora retrata um período feudal muito diferente do que encontramos na maioria dos livros didáticos, pois o apresenta como um momento de muitas lutas entre camponeses e os senhores feudais, com conquistas importantes como as Cartas de Foral⁶. Esses foram documentos que fixavam regras, taxas, multas, impostos e asseguravam certa autonomia dos camponeses na administração da comunidade aldeã, que em alguns momentos expressou-se em verdadeiras formas de autogoverno.

Para responder os conflitos entre senhores e servos, Federici (2017) assinalou que se instituiu nesse ambiente a troca dos serviços laborais⁷ por pagamentos em dinheiro. Assim, com o processo de monetização da vida, surge uma divisão social que desintegra a aldeia feudal, obrigando o campesinato a passar

6 Ressalta-se que a palavra Foral deriva da palavra portuguesa foro. As Cartas de Foral eram documentos que regulavam a administração, os deveres e benefícios de um determinado conselho. “Estes forais estipulavam as multas que as cortes feudais deviam impor e estabeleciam regras para os procedimentos judiciais, eliminando ou reduzindo a possibilidade de prisões arbitrárias e outros abusos. Também aliviavam a obrigação dos servos de alistarem-se como soldados e aboliam ou fixavam a talha. Com frequência, outorgavam a ‘liberdade’ de ‘ter um posto’, isto é, de vender bens no mercado local e, menos frequentemente, o direito de alienar a terra” (FEDERICI, 2017, p. 60).

7 No feudalismo, a maioria dos camponeses trabalhava em regime de servidão, sendo responsáveis pelo trabalho nas terras e pela produção agrícola. À vista disso, realizavam serviços laborais para o senhor feudal em troca de acesso à terra e de moradia para sobrevivência.

pelo processo de proletarização, causando o aprofundamento da desigualdade, uma vez que transformou as diversas formas de rendimento em diferenças de classe, produzindo uma massa de pobres.

Com esse processo, a autora destaca que as mulheres de todas as classes foram duramente afetadas, pois essa transformação de vida reduziu ainda mais o seu acesso à propriedade e à renda, tendo em muitas cidades perdido o direito à herança de terras. Foram ainda excluídas da posse da terra nas áreas rurais, principalmente na condição de solteiras ou viúvas.

Tais implicações levaram a maioria das mulheres a uma condição de pobreza, fazendo-as encabeçarem o movimento de êxodo do campo e encontrarem nos centros urbanos uma nova autonomia social:

[...] na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 63-64)

Com o tempo, apesar de comporem a parcela mais pobre nos centros urbanos, as mulheres passaram a ocupar atividades que posteriormente foram consideradas masculinas, como as de ferreiras, açougueiros, padeiras, professoras, médicas – entre outras ocupações que, em dado momento, passaram a ser disputadas com os homens.

Com o aumento da sua autonomia e, conseqüentemente, com a crescente presença das mulheres na vida social, a Igreja, contrariada, passa a persegui-las. É nesse momento que a autora destaca o início de uma reação misógina⁸, em que destaca o fenômeno da caça às bruxas como fundamental elemento para a degradação social feminina, tão importante para o surgimento do papel que a mulher viria a ocupar com a ascensão capitalista. Em suas palavras:

De todos os pontos de vista — social, econômico, cultural, político —, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi o equivalente à derrota histórica a que alude Engels em *A origem da família*,

8 Cabe esclarecer que “misoginia é um sentimento de aversão patológico pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental machista, cujas opiniões e atitudes visam o estabelecimento e a manutenção das desigualdades e da hierarquia entre os gêneros, corroborando a crença de superioridade do poder e da figura masculina pregada pelo machismo” (CARNEIRO, 2019).

da propriedade privada e do Estado (1884) como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo. A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas. Esta mudança começou no final do século XVII, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Uma vez que foram derrotadas, a imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar. Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. (FEDERICI, 2017, p. 203-205)

Em continuidade aos depoimentos, Dandara, assim como as demais participantes, reconhece a desvalorização do trabalho feminino, trazendo em seu relato a questão da não remuneração do trabalho na esfera privada:

Sim, geralmente esse trabalho, principalmente o doméstico e o de cuidados de criação, é invisibilizado. Apesar de ele ter valor econômico, as pessoas não dão o valor econômico dele. Eu trago bastante isso no meu trabalho enquanto advogada, porque é raro nas Varas de Família que os juízes reconheçam os cuidados domésticos e a criação da criança. Mas isso tem valor econômico e é tranquilo pra gente demonstrar, bastando que a gente compare: se você contratasse um empregado doméstico e uma babá, quanto pagaria? Então, aquilo corresponde com aquilo que a mulher está fazendo. Então é mais ou menos por essa linha. (Dandara)

Efetivamente o trabalho doméstico torna-se, aos olhos do capital e da sociedade em geral, um trabalho invisível. Em importante pesquisa realizada pela OXFAM⁹ intitulada “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, destacam-se as falhas do capitalismo, um sistema econômico sexista, competitivo, individualista, que desvaloriza as “bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial – o do cuidado não remunerado e

9 A OXFAM é uma rede global que atua em 90 países, por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária. No Brasil, a organização da sociedade civil – Oxfam Brasil – foi criada em 2014 com o objetivo de contribuir para a construção de um país mais justo, sustentável e solidário, eliminando as causas da pobreza, as injustiças sociais e as desigualdades.

mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo” (OXFAM, 2020, p. 2).

3.1 Formas de tratamento entre homens e mulheres em seus locais de trabalho: existem diferenças?

No que diz respeito à segunda pergunta, sobre a forma de tratamento entre homens e mulheres em seus locais de trabalho, as participantes responderam:

Na questão hierárquica, às vezes o que acontece é que num cargo em que três ou quatro pessoas estejam interessadas no cargo, se tiver um homem no meio, certamente, se o cargo for mais tranquilo, mais sossegado, geralmente, o que eu tenho visto, é que ele sempre vai conseguir. Até por conta do que se coloca de que mulher com filhos, com família, não vai conseguir ter um empenho, ao passo que o homem tem a cabeça mais tranquila para desempenhar esse cargo que às vezes é de supervisão, acima da minha supervisora, e que precisa que ele esteja mais tranquilo para fazer – e eles escolhem sempre o homem. (Carolina de Jesus)

Constatamos pelo depoimento acima que a condição social da mulher se torna um impeditivo para o seu desenvolvimento profissional. Porém, no exemplo exposto por Carolina de Jesus, trata-se especificamente da oportunidade desigual entre homens e mulheres na disputa por cargos de chefia.

Em seus estudos, Abrahão e Viel (2018) revelam que mulheres que alcançam cargos de lideranças comumente precisam se “masculinizar”, incorporando características que, no imaginário social fundamentalmente patriarcal, colocam homens como racionais, arrojados, centrados, enquanto as mulheres são tidas como sentimentais, instáveis e com baixo comprometimento.

Trata-se de uma concepção corrompida pela divisão sexual do trabalho capitalista patriarcal que privilegia os homens em detrimento das mulheres, visando a interesses econômicos. Porém, com base nessa compreensão, a disparidade entre mulheres e homens em cargos de liderança é real e também evidencia os aspectos que constituíram o trabalho doméstico como de responsabilidade feminina, ou seja, revela a naturalização dos supostos atributos biológicos e psicológicos para determinar o que é ou não trabalho para mulher.

Uma pesquisa publicada pela consultoria *Bain&Company* e a rede social profissional *LinkedIn* em 2019 revelou o baixo número de mulheres que ocupam cargos de liderança:

Apesar de 57% dos alunos universitários serem mulheres e dessa proporção se manter semelhante entre a população ocupada com nível superior, meros 3% dos presidentes e 5% dos presidentes de conselho das 250 maiores empresas brasileiras são do sexo feminino—mesmo patamar de 2013. Outros estudos, que consideram um universo maior de empresas—como o *Panorama Mulher 2018*—, apresentam números em torno de 8% e 10% respectivamente, mas ainda assim a evolução é pequena frente ao “fair share” de mulheres qualificadas. (BATISTA, MATTOS, 2019, p. 4)

No entanto, importa destacar que, assim como o processo de feminização do mercado de trabalho (que retratamos acima), a ascensão de mulheres em cargos de liderança no mundo corporativo ou enquanto empreendedoras não implica diretamente na supressão da desigualdade de gênero, podendo até mesmo reforçá-la, principalmente ao considerarmos a dimensão de classe a que as mulheres estão submetidas. Isso porque a maioria das mulheres que alcançam um nível profissional elevado que as possibilite independência financeira e de vida, provavelmente, tiveram em seu contexto de vida privilégios sociais (educação, alimentação, moradia, etc.) que corroboraram para que chegassem a tal condição – e possivelmente se utilizam de seus recursos financeiros para transferir o trabalho doméstico socialmente atribuído ao feminino para outras mulheres, em sua maioria negras e pobres. Ou seja, a igualdade de gênero embasada essencialmente no desenvolvimento profissional feminino desconsidera a realidade concreta de muitas mulheres que sequer tem no trabalho uma possibilidade de ultrapassar sua condição de pobreza e de dependência masculina, sendo o trabalho antes de tudo um meio de sobrevivência. E esse é um dos pontos que diferenciam o feminismo liberal do feminismo baseado na perspectiva marxista, no feminismo para os 99%:

[...] o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu objetivo não é igualdade, mas meritocracia. (ARRUDA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37)

Prosseguindo os depoimentos sobre a forma de tratamento entre homens e mulheres em seus locais de trabalho, outra participante respondeu:

Enquanto profissional do direito, sim, há muita diferença, porque é relativamente novo que as mulheres possam exercer a advocacia, e que a gente não seja só vistas pela aparência. Por exemplo, somos muito mais cobradas pela aparência do que os homens, a nossa vestimenta é medida, a gente vê notícia de tribunais que barraram a entrada de mulheres porque a saia estava acima do joelho, entre outros. Fora o risco de assédio, que é mais presente com as mulheres do que com os homens. (Dandara)

Ao tratarmos de espaços de trabalho assalariado, percebe-se que, independentemente de a profissão ser majoritariamente masculina ou não, o processo de desvalorização do trabalho feminino se faz presente. Ora evidenciando sua precarização, flexibilização e baixos salários, ora colocando a mulher de maneira intelectualmente inferior, ou, ainda, sexualizando-a. O fato é que sua competência é constantemente questionada, e até mesmo sua aparência é considerada um item para mensurar sua capacidade, sendo seu conhecimento considerado insuficiente.

Ademais, quando mulheres transcendem esse estereótipo, sejam negando-os e/ou apresentando posturas que não condizem com o que esperam dela segundo essa lógica de inferioridade, fragilidade e adorno, tornam-se uma ameaça, deparando-se com a violência em suas diversas dimensões, como o assédio mencionado por Dandara no âmbito jurídico, o qual é um bom exemplo de como a hierarquização e a separação de atividades estabelecida pela divisão sexual do trabalho se configuram:

Apesar de haver certo equilíbrio entre o número de mulheres e homens que ingressam nos cursos de direito nas universidades brasileiras, no decorrer da construção das carreiras os processos de separação e de hierarquia se manifestam de forma bastante expressiva. Na advocacia, os homens chegam a ganhar cerca de 17% a mais do que as mulheres [...] As mulheres advogadas trabalham em áreas consideradas mais tradicionais e com atividades mais rotineiras, além de terem pouca oportunidade de ascensão na carreira. Já os homens advogados trabalham em áreas mais inovadoras, de maior envolvimento tecnológico, e estão mais presentes em momentos de tomadas de decisão. (GRECCO, 2018, p. 73-74)

Na sequência dos depoimentos, constata-se, além das diferenças na forma de tratamento entre homens e mulheres em seus locais de trabalho, o processo de subalternização e de depreciação das atividades femininas.

Onde eu trabalhava era um abrigo feminino, todos os funcionários eram mulheres, então não tinha muito essa diferença. Mas eu já trabalhei em uma fábrica quando eu morava em Minas, e na região onde eu morava tem muita indústria. Então, fábricas como a que eu trabalhava, que era fábrica de chocolate, que faz trabalho manual, era contratado muita mulher. 80% dos funcionários eram mulheres. Tínhamos um valor X que recebíamos, enquanto em fábricas da região que era de extintores e de outros produtos que não eram tão de trabalho manual, tão delicado, era maioria masculina e era um valor bem maior de salário.

Os chefes eram na maioria homens. Mesmo que no chão da fábrica a maioria fosse mulher, a maioria dos chefes eram homens. Enquanto eu estive lá eu passei por quatro setores, eu trabalhei lá por três anos, e três chefes foram homens e uma mulher. E a que era mulher foi no setor de artesanais, onde os chocolates eram completamente feitos a mão, então eu acho que isso influencia na chefia que era mulher. (Rosa Luxemburgo)

Vê-se no depoimento acima “a ideologia de que a mulher apresenta mais habilidade manual para o desempenho de tarefas minuciosas” (SAFFIOTI, 1981, p.21), evidenciando também a relação de poder na qual as mulheres são submetidas, tendo em vista que a desvalorização do trabalho feminino e a submissão social da mulher são determinadas por características biológicas que justificam sua subordinação aos homens e a depreciação de suas atividades.

Para Flora Tristan, que trabalha em escola como professora, não existe diferença na tratativa entre homens e mulheres em seu local de trabalho.

Não, no lugar onde eu trabalho, não. Tanto que no lugar que eu trabalho, trabalham mais mulheres, só tem um homem e todo mundo é tratado igual. Eu trabalho em escola. (Flora Tristan)

No entanto, é interessante notar em sua declaração um aspecto que reflete a educação formal enquanto extensão do trabalho feminino realizado na esfera privada.

Assim como demonstrado em pesquisa¹⁰ pela Agência Brasil¹¹ (2018), 70% do corpo docente do Brasil é composto por mulheres, evidenciando como a divisão sexual do trabalho reflete na relação entre o trabalho feminino realizado na esfera

10 Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

11 Agência de notícias brasileira, criada em 1990 para integrar o sistema público de comunicação.

privada e pública, pois até quando o ato de ensinar sai do ambiente doméstico é tido como uma função preponderantemente atribuída a mulheres. E assim como as demais profissões majoritariamente femininas, a categoria passa por um processo de desvalorização que perpassa toda a estrutura que a envolve, como o congelamento e a falta de investimentos públicos destinados à educação.

Contudo, não percebemos no depoimento da participante a percepção acima exposta, o que nos leva a notar a eficácia do discurso de naturalização utilizado pelo capital para ocultar o processo de desvalorização do trabalho feminino, que, como bem apreendemos ao longo deste capítulo, conecta a condição de ser mulher nos espaços públicos e privados, nos quais o trabalho feminino beneficia mutuamente o capital, seja na obtenção de mais lucros, seja na viabilização da manutenção da lógica burguesa.

4 O TRABALHO DOMÉSTICO TRANSFORMADO EM UM ATO DE AMOR

“Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado.”

Silvia Federici

Neste capítulo, aprofundaremos a discussão acerca do trabalho doméstico enquanto sistema de exploração, que utiliza sentimentos como amor nas relações materno-filiais e, inclusive, entre homens e mulheres para naturalizar e manter a desqualificação do trabalho feminino, necessária para a revalorização e manutenção do capital.

Conforme evidenciado nos capítulos anteriores, o processo de desvalorização do trabalho feminino na sociedade capitalista, mais especificamente do trabalho doméstico realizado na esfera privada, é ocultado e viabilizado segundo supostos atributos da essência feminina, não reconhecendo as atividades socialmente impostas às mulheres como trabalho.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. (FEDERICI, 2019, p. 42)

Ao não ser reconhecido como trabalho e, conseqüentemente, não sendo remunerado, no capitalismo instituiu-se o que Federici (2017) designa como *“patriarcado do salário”*, destacando como esse sistema criou uma nova base para as relações patriarcais, pois apesar de se apropriar de elementos da relação patriarcal do sistema feudal, estes foram transformados, dando novas funcionalidades, tendo em vista seus fins sociais e econômicos, resultando na aliança entre Estado e capital para o controle dos corpos das mulheres e apropriação do trabalho feminino por meio do sistema do salário.

O sistema do salário não apenas controla o trabalho dos assalariados, porque se o pensarmos como uma relação, este mobiliza dois trabalhadores. Com um salário se mobiliza o homem e a mulher que o reproduz, pagam a um, porém trabalham dois. Então, mobiliza uma grande quantidade de trabalho não pago. O salário amplia a exploração porque não só toma o trabalho do homem que está na fábrica ou no escritório, mas também o trabalho da mulher que o reproduz diariamente, que cozinha, que cria os filhos [...] Com o salário é possível controlar diretamente o trabalho das

mulheres através do sistema da família e do matrimônio. O matrimônio é um sistema fundamentalmente laboral, é o meio pelo qual o capitalismo faz as mulheres trabalharem para que reproduzam sua força de trabalho operário. O salário é a medida para formar a família, porque é aí onde se obriga as mulheres a reproduzir trabalhadores. (FEDERICI, 2017)

Sendo assim, o patriarcado do salário, além de subtrair o trabalho feminino, também o controla. Segunda Silva (2019), ainda que no sistema econômico capitalista toda forma de trabalho seja manipulada – uma vez que a própria remuneração oculta todo o processo de exploração que resulta no lucro do patrão -- o salário confere ao trabalhador o seu reconhecimento como tal, possibilitando a ele lutar e negociar por melhores condições de trabalho e de vida.

Para além disso, segundo a autora, “ter um salário significa fazer parte de um contrato social” (p.42). Isto é, o trabalho é condição necessária para sobrevivência dos sujeitos e não emerge naturalmente, assim como o capital se esforça em convencer as mulheres a realizarem o trabalho doméstico não remunerado como se fosse algo inato a ela.

Por conseguinte, com o intuito de compreender como esse processo no qual “o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado” (p. 42-43), impactando a realidade das mulheres, perguntamos às entrevistadas se consideram que mulheres apresentam mais habilidades com as atividades domésticas, tendo em vista analisar esse fenômeno de ocultação do real. Suas respostas foram:

É a criação, como eu disse. É a criação de quando a menina nasce, vai ganhar fogão e o menino vai ganhar um navio, vai ganhar um caminhão, vai ganhar alguma coisa legal de explorador e a menina vai ganhar a cozinha, porque já se ensina ser mantenedora da família, de si própria e do marido; que a sociedade quer colocar na cabeça da mulher que o marido é um filho extra, eu acho que é isso. (Carolina de Jesus)

Carolina de Jesus relata como se institui desde cedo a educação sexista que mulheres e homens recebem, apresentando um dos mecanismos utilizados pelo capitalismo para fortalecer essa lógica. Evidencia a relevância do ambiente familiar para a difusão da ideologia capitalista para quem importa o trabalho doméstico enquanto uma atividade natural que deve ser aprendida e também almejada para a

vida adulta da mulher. Porém, a percepção apresentada também denota seu caráter imposto e socialmente construído, em que são utilizadas maneiras muito específicas para inserir os pressupostos da divisão sexual do trabalho capitalista, que irão fundamentar a hierarquização e separação das atividades entre homens e mulheres na sociedade de classes.

[...] não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. (FEDERICI, 2019, p. 43)

Ademais, Federici, ao mencionar a responsabilização da mulher para atender às necessidades domésticas do marido, revela o engenho do capital, que além de transformar o trabalho doméstico em um “ato de amor”, não tendo que pagar por ele, também se beneficia dele para disciplinar o homem trabalhador:

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor da vida [...] Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. (FEDERICI, 2019, p. 44)

Dessa forma, com o surgimento do capitalismo, emerge também um modelo de família e de relações entre homens e mulheres, em que a mulher é subordinada ao poder do homem, fazendo-a depender dele e servindo-o como para-raios para o seu desgaste e frustrações enquanto trabalhador assalariado. E essa condição foi essencial para a construção de um novo papel social do trabalho, com uma nova imagem de feminilidade, uma imagem muito desvalorizada que serviu para criar um disciplinamento social em que a mulher deve ser obediente e estar sempre sorrindo. Ou seja, esse processo foi fundamental e necessário para o desenvolvimento capitalista, e, como aponta Dandara, ainda se faz muito presente na realidade das meninas e mulheres na atualidade.

Eu acho que é mentira, porque a gente não precisa do nosso órgão genital para fazer atividades domésticas. Então, tudo que a mulher

faz no ambiente doméstico, o homem é capaz de fazer. E eu acho que o casamento justamente só vai dar certo se o homem souber reconhecer, porque se não, sempre vai ter um abuso contra essa mulher. (Dandara)

De forma complementar aos depoimentos anteriores, Dandara destaca um aspecto muito expressivo da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, sobretudo no ambiente doméstico, no que diz respeito à situação de abusos que muitas sofrem e são submetidas.

Essa situação é trazida à tona na contemporaneidade por meio de diferentes estudos sobre a condição da mulher e a supremacia de suas atividades no âmbito doméstico. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹² de 2016, as mulheres dedicam duas vezes mais tempo que os homens às atividades domésticas, logo, trabalham, no total, cinco horas a mais que eles. Ao todo, a jornada das mulheres é de 55,1 horas por semana, contra 50,5 horas deles. A pesquisa ainda aponta que muitas mulheres interrompem os estudos e param de trabalhar para cuidar da casa e dos filhos.

Dentro da sociedade patriarcal que vivemos, não é habitual um homem dividir com a companheira as tarefas domésticas, refletindo em mais horas de trabalho para a mulher. Essa situação é ainda mais agravante para as que trabalham fora de casa. Além disso, mesmo trabalhando mais horas, elas têm renda menor que homens (IBGE, 2016).

Como já abordado neste Trabalho de Graduação, a naturalização do trabalho feminino no espaço doméstico põe as mulheres em uma condição de subalternidade e dependência, sendo assim, o ambiente doméstico torna-se um condicionante para a situação de vulnerabilidade feminina, aumentando a possibilidade de violência contra a mulher, que por definição das Nações Unidas, significa:

Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada. (Declaração sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres, 1993)

12 Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, 2016.

O fato de muitas mulheres permanecerem confinadas no ambiente doméstico para o cumprimento das tarefas da casa e, como consequência, estarem mais expostas à agressão dos seus companheiros, dada sua dependência financeira, tem sido um componente central para a reprodução da violência contra a mulher. Tal fenômeno, embora seja recorrente nas relações familiares, neste contexto de pandemia de COVID-19, tomou proporções aviltantes.

No entanto, o processo de naturalização do papel feminino na sociedade capitalista está tão enraizado na concepção do que é ser mulher, que muitas mulheres têm dificuldades em identificar, reconhecer e se desvencilhar de situações de abuso e violência.

A reação da mulher à violência é frequentemente limitada pelas opções à sua disposição. Os motivos mais alegados para continuar em um relacionamento abusivo são: medo de represália, perda do suporte financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional e financeira, perda de suporte da família e dos amigos, esperança de que "ele vá mudar um dia". (DAY et al., 2003)

Excluídas do espaço produtivo e desempenhando apenas o trabalho doméstico em sua casa ou trabalhando em funções precárias e mal remuneradas, o fator econômico é um relevante aspecto que limita mulheres de se libertarem de relações abusivas, no qual comumente ocorre violência física, psicológica, moral e sexual. Há que se destacar que sem dinheiro em uma sociedade que é preciso desse recurso para sobreviver, as mulheres com filhos e desprovidas de uma rede de apoio familiar e do Estado não encontram possibilidades para romperem com o ciclo de violência.

Eu acho que não é algo inato, não é algo que nasce com a gente. Eu acho que é algo ensinado, como eu falei, eu sempre fui ensinada desde pequena a fazer as coisas dentro de casa, a minha mãe sempre foi ensinada a fazer as coisas dentro de casa, mesmo ela tendo muitos irmãos homens. Não é que a gente tenha uma habilidade natural, na verdade eu nem tenho, minha casa é uma bagunça, eu estou sofrendo em ter que ficar em casa na quarentena limpando casa, não aguento mais (risos). Eu acho que não é algo inato, é ensinado, e é cobrado da gente que a gente faça e faça bem feito. E também talvez seja até uma forma de silenciar as mulheres. Eu li em algum lugar uma vez, não lembro agora quem disse, mas quantas coisas a gente deixou de fazer porque tinha uma roupa para lavar, porque tinha uma casa pra cuidar, que tinha alguma coisa de

casa para fazer. Até em questões políticas, em questões de estudo, várias questões que a gente deixou de fazer porque tinha uma casa para cuidar. Então, serve também para silenciar as mulheres. (Rosa Luxemburgo)

A entrevistada entende que a naturalização do trabalho doméstico é algo ensinado no dia a dia da mulher e no próprio contexto social, mencionando o atual momento pandêmico de COVID-19, que tem forçado as mulheres a darem conta do trabalho profissional e das atividades da casa. Esse momento vem desnudar os impactos da desvalorização do trabalho feminino na realidade das mulheres.

Sendo o isolamento social uma das principais medidas para minimizar o contágio da doença¹³, muitas mulheres obrigadas a ficar em casa estão lidando com a intensificação da sobrecarga de trabalho, usualmente outorgado a elas, mas neste momento sob novas feições.

Com o isolamento social, ocorreu a fusão do trabalho doméstico com o formal (profissional) realizado remotamente (de casa), além de outras atividades, sejam acadêmicas ou profissionalizantes, desempenhadas no mesmo espaço físico. Contudo, considerando as diversas realidades, muitas mulheres não estavam preparadas para esta intensidade de demandas e absorção em conjunto com os demais integrantes familiares.

Há que se destacar ainda que nesse contexto de pandemia, as mulheres encontram-se na linha de frente das atividades consideradas essenciais, como trabalhadoras da assistência social, da saúde e do setor de alimentos, além de exercerem os trabalhos mais precarizados. O fato de se colocarem em risco ao sair de casa para trabalhar aumentou sobremaneira o desgaste psicológico das mulheres. Isso porque a sobrecarga física e mental proveniente desta nova realidade desencadeou e desencadeia o medo da doença, preocupação financeira, apreensão pela perda do trabalho, tristeza, solidão, entre outros.

Neste contexto, é possível perceber com nitidez o resultado do discurso e do processo de naturalização do trabalho doméstico, e como consequência das práticas de cuidado que perpassam a desvalorização do trabalho feminino, pois nos momentos de crise do capital são as mulheres as mais atingidas.

13 Conforme orientação da Organização Mundial da saúde (OMS).

Diante do exposto, sendo o trabalho feminino socialmente desvalorizado, são as mulheres as primeiras a sentirem os impactos econômicos e sofrerem com os cortes (demissões) e baixa de salários, e especificamente nessa conjuntura de pandemia, precisam atender não só o trabalho remoto, mas também as demandas dos filhos e da casa como um todo: as refeições, a limpeza, o cuidados com as roupas, inclusive as atividades escolares dos filhos, pois estão sendo também realizadas no ambiente doméstico, visto que as escolas estão fechadas.

Esse quadro fortemente desfavorável para as mulheres – de intensificação de trabalho e de evidente desresponsabilização do Estado pelas problemáticas que circundam a condição da mulher na sociedade, sobretudo, pela falta de políticas públicas que poderiam apoiá-las em momentos¹⁴ como a atual crise sanitária – leva muitas mulheres a se verem obrigadas a pedir demissão para darem conta do trabalho doméstico, interrompendo projetos profissionais e de vida.

Esse quadro na vida das mulheres assume diversas particularidades que apontam a desigualdade entre homens e mulheres, o desrespeito e o desgaste que as rodeiam. Como aponta o levantamento do Movimento Parent in Science (em português: Mães e Pais na Ciência)¹⁵ realizado em 2020, ao buscar calcular os impactos da desigualdade de gênero, raça e parentalidade para a produção acadêmica entre discentes de pós-graduação, pós-doutorandas(os) e docentes/pesquisadores durante o isolamento social da COVID-19 no Brasil, revelou-se que:

(...) especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia, pois apenas 47,4% das mulheres com filhos concluíram seus artigos, contra 65,3%, e 56,4% das mulheres sem filhos concluíram seus artigos, contra 76% dos homens. (PARENT IN SCIENCE, 2020)

Se por um lado os dados notificam que as mulheres com filhos foram as que menos conseguiram produzir durante a pandemia de COVID-19, por outro, esses dados não abarcam a diversidade e a complexidade que constitui a totalidade da

14 Trata-se de um momento histórico que demanda efetiva intervenção estatal, no entanto, as políticas devem estar disponíveis e atender as demandas das mulheres em qualquer tempo.

15 Criado em 2016 pela pesquisadora Fernanada Staniscuaski da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Parente in Science tem como objetivo levantar a discussão sobre a maternidade e a paternidade dentro do universo da ciência do Brasil.

realidade das mulheres trabalhadoras na sociedade. A produção acadêmica é uma realidade muito longe da vida de grande parte da população que vive do trabalho, quem dirá das mulheres privadas ao espaço doméstico, excluídas da esfera pública e tidas intelectualmente inferiores aos homens. É fundamental lembrar que o acesso à educação e ao círculo acadêmico não é um direito universalizado.

No entanto, com base nesses dados é perceptível a influência e o peso da concepção do trabalho feminino como um ato de amor no qual a mulher abdica de seus planos, desejos e de si mesma para priorizar o bem-estar e as necessidades do(s) outro(s).

Em face disso, podemos nos questionar: afinal, como se opor a um trabalho realizado por amor? É bastante difícil... Sabendo disso, o capital tem se beneficiado e disseminado tal abstração, que se materializa de forma concreta na vida das mulheres, para o seu proveito.

Nesse sentido, a ampliação da sobrecarga de trabalho na pandemia evidenciou a importância do trabalho ligado à vida, que para além da crise econômica, historicamente, tem excluído as mulheres dos mais variados espaços de decisão e participação, como a política, os estudos, os cargos de chefia. Esse processo é, de fato, uma forma do capital “*de silenciá-las*”, como referenciado por Rosa.

Eu acho que não tem, não. Como foi imposto que a mulher desde o homem neandertal, a mulher ficava e o homem ia caçar, então é imposta essa ideia que as mulheres teriam mais habilidades, mas isso é uma tremenda de uma falácia. (Marielle Franco)

Eu acho que isso é de geração. Antigamente as mulheres foram criadas assim, desde bem antigamente, as mulheres foram criadas para fazer as coisas de casa, porque antigamente elas tinham que fazer o serviço de casa e os homens tinham que ir pra roça plantar, colher, essas coisas. Então, eu acho que é cultural esse negócio das tarefas de casa serem só da mulher. Acho que é cultura que vem dos antigos, aí foi indo, foi indo. Até hoje tem pais que acham que é isso. Igual eu falo para meu filho: “Olha, homem tem que fazer tudo, não vai mudar, não vai ter diferença nenhuma se você lavar uma louça, arrumar uma cama, pendurar uma roupa, fazer uma comida”. Então, meu filho faz tudo, tem que fazer. Acho que é cultural e essa cultura tem que quebrar um pouco, porque não dá pra ficar tudo para a mulher. (Flora Tristan)

Assim como as demais entrevistadas, Marielle e Flora não acreditam em uma habilidade diferenciada da mulher para a realização do trabalho doméstico, portanto, não se trata de uma capacidade natural, mas de uma ideologia construída, um trabalho geracionalmente ensinado e incumbido às mulheres.

Nesse sentido, Flora ressalta em seu depoimento a necessidade de se barrar essa concepção equivocada, reveladora de uma forma muito específica de exploração feminina no capitalismo.

No entanto, apesar da desvalorização do trabalho feminino fundamentada em um discurso de naturalização dos atributos da mulher, fortemente difundido pela ideologia burguesa, é importante lembrar que muitas mulheres não aceitaram essa condição passivamente no passado e também não aceitam agora, daí suas lutas, reivindicações e resistências em formas individuais e coletivas.

Não sem nota, nos últimos anos, a discussão do trabalho doméstico ganhou grande destaque no movimento feminista, especialmente os vinculados à perspectiva crítica (marxista).

Para essas autoras, Cinzia Arruda, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), se o trabalho doméstico é uma forma de exploração capitalista (extremamente manipulatória) cujo objetivo é dominar e oprimir as mulheres de modo a visar seus interesses econômicos e patriarcais, também pode se constituir em uma fonte de luta e de libertação das mulheres que se reconhecem enquanto trabalhadoras pertencentes à luta da classe que vive do trabalho.

Ademais, a desvalorização do trabalho feminino aliena o homem trabalhador, que ao não reconhecer nem compreender a condição da mulher na sociedade capitalista devido aos seus privilégios sendo homem, também não consegue se emancipar.

Para enfrentar esse quadro de opressão, exploração e naturalização do trabalho doméstico oportunamente apresentado por Flora Tristan, Carolina de Jesus, Dandara, Rosa Luxemburgo e Marielle Franco, é fundamental unir a trabalhadora doméstica e o trabalhador do chão da fábrica, visto que ambos são explorados e são essenciais para a produção de riquezas. Juntos, podem impulsionar lutas potentes contra o opressor: o capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.”

Carolina Maria de Jesus

Objetivou-se, com esse estudo, desvendar a relação do capitalismo com o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino. Para tanto, analisou-se os fundamentos da opressão e exploração do trabalho da mulher na esfera privada, notadamente quanto ao desempenho do trabalho doméstico e de cuidado e os impactos desse trabalho na condição da mulher na esfera pública e nas suas relações sociais.

Quanto a esse objetivo, foi possível identificar, por meio da revisão de literatura e demais estudos¹⁶ que realizamos acerca do tema, que esse processo se forja como uma construção social pautada fundamentalmente na questão econômica, fazendo-se estritamente necessária para o surgimento, desenvolvimento e manutenção da lógica burguesa. Sobre isso, lembra Marx (2009, p.225) que

(...) as determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil.

Assim, para a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo (mecanismo vital para a instituição do modo de produção capitalista), a divisão sexual do trabalho sob a lógica capitalista-patriarcal foi oportuna para que o trabalho doméstico e de cuidados, ligados à vida, fossem conferidos às mulheres sem que o capital precisasse arcar com a remuneração dessas atividades, eximindo-se da responsabilização de toda uma conjunção de fatores, que permite aos trabalhadores que se reproduzam e trabalhem diariamente. Ou seja, o capital se isenta de criar uma infraestrutura para a manutenção da vida de homens e mulheres, pois as mulheres são essa infraestrutura.

Em relação a esse aspecto, comprovou-se, através dos depoimentos das participantes desta pesquisa, que a divisão sexual do trabalho em conformidade com

16 Por meio do cinema, da música, da arte em geral, foi possível constatar elementos desse processo.

a construção social patriarcal – que hierarquiza e separa as atividades de homens e mulheres – acaba privilegiando os homens e incidindo na realidade de vida das mulheres.

Dessa forma, desde muito pequenas, principalmente no cerne familiar constituído sob a ideologia burguesa, diferentemente dos meninos, as mulheres são ensinadas a realizarem o trabalho doméstico e de cuidado, e também a desejarem o casamento e a maternidade como objetivos e mesmo metas de vida, que proporcionarão “sucesso” pessoal e realização feminina.

Diante do exposto, a construção social do papel da mulher na sociedade capitalista, entendida aqui como uma condição histórica, econômica, cultural e social, é geracional e economicamente delineada dia após dia no cotidiano do viver capitalista, em que muitas vezes outra mulher que realiza o trabalho doméstico não remunerado, principalmente na figura da mãe ou pessoa (diga-se mulher) que exerce essa função do cuidado, acaba inconscientemente perpetuando essa ideologia, que constitui a desigualdade de gênero enquanto elemento estruturante do próprio capital.

O capitalismo empurrou para as mulheres essa atribuição de lidar com a vulnerabilidade dos seres humanos e suas necessidades de cuidado. Ao mesmo tempo, desvalorizou essa responsabilidade e a colocou em situação de controle patriarcal. Essa atividade cotidiana não é reconhecida como trabalho e isso oculta seu nexos econômico com a produção. (FARIA, 2020)

Propositadamente declinado à esfera privada mediante a um meticuloso processo de degradação social¹⁷, tem-se no capitalismo um modelo de feminilidade específico para atender a seus interesses econômicos. Modelo esse evidenciado pelas entrevistadas, ao apontarem em suas falas a figura da mulher submissa, que prioriza o cuidado e desejo de todos a sua volta como sendo o ideário socialmente esperado. Assim, a exclusão da mulher – num primeiro momento – no universo produtivo configurou as atividades atribuídas a elas no universo reprodutivo como atividades sem valor, uma vez que a ideologia burguesa reconhece apenas como trabalho o que tem valor de troca no mercado.

17 Para o aprofundamento do processo de degradação social que as mulheres vivenciaram, sobretudo durante a transição do feudalismo para o capitalismo, indicamos a leitura do livro *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva*, de Silvia Federici.

De acordo com Saffioti (2013, p. 67),

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos.

No tocante à condição das mulheres na atualidade, notadamente sobre a exploração feminina instituída no universo familiar, foi possível avaliar que o processo de desvalorização e naturalização do trabalho feminino no ambiente doméstico determina e impulsiona os seguintes aspectos: os espaços que as mulheres ocupam na sociedade; o nível da participação feminina em processos decisórios na esfera política/pública e os limites do desenvolvimento e alcance de projetos pessoais e profissionais.

À vista disso, os aspectos que constituem a desvalorização do trabalho doméstico não se limitam exclusivamente à esfera privada, tendo esse processo desnudado na esfera pública através da desqualificação das mulheres sua interiorização em relação aos homens. Nesse *lócus*, a desqualificação da mulher se expressa de diversas formas, seja no âmbito intelectual, moral ou ocupacional.

Igualmente, foi possível apreender por meio da pesquisa realizada e da análise dos depoimentos que o capitalismo não apenas se beneficia do trabalho doméstico não remunerando e ocultando a relação de dependência que a esfera da produção tem da reprodução, como também tem se favorecido por meio da feminização do mercado de trabalho. Em especial, com a reestruturação produtiva neoliberal, que tem ofertado às mulheres atividades socialmente consideradas como extensão do trabalho feminino realizado no ambiente doméstico, sendo assim, também desvalorizados.

Segundo Dantas e Cisne (2017), a estratégia do capital de se apropriar das lutas e conquistas do movimento feminista a seu favor tem um sentido de ser, obviamente, econômico.

De fato, a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos em domicílio, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquiridas pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis – ocasionando intensificação do ritmo do trabalho e perda de direitos legais. (NEVES, 2000, p. 182 apud DANTAS; CISNE, 2017, p. 83)

Os empregadores, sabendo que as mulheres estão acostumadas a trabalhar no ambiente doméstico de forma gratuita, aceitam trabalhar para eles por preço baixo e com isso eles podem consubstanciar naturalmente e com facilidade sua exploração e obter mais lucro. Assim, os empregadores se utilizam dessa condição e ao mesmo tempo da necessidade, muitas vezes do desespero da mulher, que, inserida em uma sociedade de classes, precisa de dinheiro para sobreviver e manter sua família.

Somado a esse processo, a mulher ainda enfrenta a dupla jornada laboral, pois o trabalho feminino assalariado não a exime do trabalho doméstico:

Desde que o “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico. (FEDERICI, 2019. p.74)

Em relação aos limites que a desvalorização do trabalho feminino impõe para as vidas das mulheres, principalmente ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, destacam-se, pelas vozes das entrevistadas: o casamento, a maternidade, a desigualdade salarial e de oportunidades de crescimento profissional.

Os depoimentos abaixo evidenciam o casamento e a maternidade como algo atraente, valoroso e também como recurso utilizado para o controle dos corpos e das vidas das mulheres pelo capital:

Eu acho que foi criado historicamente para controlar não só o corpo, mas a vida das mulheres. E acho que no capitalismo foi vendido um romantismo, uma forma boa para as mulheres. Eu acho que foi uma forma de controle mesmo, tanto do corpo quanto da vida das mulheres, porque (no casamento) ela passa a responder não só ao Estado, à sociedade patriarcal, mas também a um homem, no caso

do casamento hétero. Então, ela passa a responder a um homem que influencia sua vida de todas as formas, pois por mais que não seja um relacionamento abusivo e violento que a gente luta contra, eu acho que em qualquer forma de relacionamento tem um controle sobre a mulher, querendo ou não, que já vem da sociedade e reflete no casamento. (Rosa Luxemburgo)

A maternidade é bem-vinda para quem quiser, muito embora também seja outra coisa que está enraizada na pessoa, tem essa cobrança de que a mulher tem que ter filho, de que a mulher tem que ser mãe. (Carolina de Jesus)

Confinada à esfera privada, a mulher dedica anos de sua vida para os membros familiares. Seu trabalho, entendido como de reprodução, favorece o capital que não paga por ele, e também o beneficia com a oferta de trabalhos precarizados quando estas necessitam. Tendo a mulher se dedicado exclusivamente ao casamento e/ou família, muitas vezes sem acesso à educação e profissionalização, quando se depara com o mercado de trabalho por necessidade financeira ou para superar a solidão (quando os filhos se tornam independentes), são levadas a aceitar posições subalternas e mal remuneradas.

A perspectiva do casamento e a necessidade que muitas vezes se impõe de interromper o trabalho e a situação de volta ao emprego depois de um longo período de inatividade profissional são fatores que pesam no encaminhamento das mulheres para ocupação subalternas e que envolvem menores responsabilidades. (SAFFIOTI, 2013, p. 81)

Como revelado pelas entrevistadas, quando casadas, muitas vezes precisam abrir mão de estudar ou trabalhar fora do ambiente doméstico, e quando conseguem encontram obstáculos para alcançar outros patamares em suas profissões, dado que o trabalho com o cuidado da casa e dos filhos demanda muito tempo e atenção. Assim, as oportunidades de promoções e alcance de cargos de liderança são suprimidos pelo raciocínio patriarcal impregnado nos diversos espaços sócio-organizacionais, em que a tendência é a de privilegiar o homem, visto que na construção social é ele o provedor, o mais capacitado e o menos afetado emocional e fisicamente, por não ter que se responsabilizar pelas atividades domésticas e de cuidado, dispondo de mais tempo para o desempenho do trabalho assalariado.

Contudo, na verdade – apesar de factual as condições diferenciadas entre homens e mulheres – trata-se de uma estratégia do sistema capitalista-patriarcal para manter a mulher no lugar que interessa ao capital.

Certamente essa é uma bandeira de luta das mulheres ainda a se alcançar, mas, como aponta Diane Assunção, é importante não reduzirmos suas lutas por direitos apenas no campo da igualdade de condições de trabalho.

Diana Assunção é autora do livro “*A precarização tem rosto de mulher*”, de 2013, e uma defensora da inserção da mulher no mercado de trabalho. Para ela, esse fato é condição necessária para a libertação da mulher, possibilitando sua independência financeira, porém ela não considera essa conquista como a resolução de todos os problemas vivenciados pelas mulheres. Assim expõe:

(...) não considero que a entrada no mercado de trabalho seja ‘mais um caminho para acentuar desigualdades’, mas vejo, como tudo no capitalismo, a contradição que isso carrega. Considero que a discussão a ser feita é o fato de existir uma percepção, que ainda pauta muito os movimentos feministas, de que as demandas fundamentais das mulheres seriam as reivindicações estritamente por igualdade de condições, o que é problemático quando não se liga ao questionamento do capitalismo como sistema baseado na reprodução da desigualdade e na exploração. Desconectando esta questão da necessidade de combater o capitalismo, os movimentos terminam não respondendo ao fato de que a inserção que as mulheres negras (provenientes da classe trabalhadora e que correspondem a uma ampla gama das mulheres) conquistam é em um trabalho extremamente precarizado, que ainda se soma à jornada de trabalho doméstico. Trata-se de uma verdadeira escravidão assalariada, na qual estas trabalhadoras estão desprovidas de quaisquer direitos. (ASSUNÇÃO, 2015)

Os esforços do capital em difundir o processo de naturalização do trabalho doméstico, principalmente através dos aparelhos ideológicos¹⁸ do Estado, como a escola, a família, a política, a mídia e a igreja, justificando se tratar de um trabalho vinculado à essência feminina (alma, biologia, psique), transformando-o em um ato de amor, coloca a mulher em situações de abusos e violências, como aludido pela entrevistada Rosa Luxemburgo:

18 Os aparelhos ideológicos de Estado são “mecanismos de manutenção da permanência e da reprodução da lógica capitalista, já que tais aparelhos fazem parte da construção da identidade cultural, política e social dos indivíduos, além de estarem presentes no cotidiano dos grupos sociais.” (SANTOS, 2019)

Eu acho que essa questão do trabalho doméstico de reprodução social é algo muito relevante, porque deixa a mulher exausta, deixa a mulher sem dinheiro em uma sociedade capitalista que ela precisa do dinheiro. E por a mulher estar exausta, estar sem dinheiro, estar em uma condição imposta a ela desde sempre como submissa, como precisando de um homem ou algo parecido, deixa ela vulnerável à violência. (Rosa Luxemburgo)

Nesse sentido, o não reconhecimento da atividade doméstica como trabalho torna-se fundamental para o disciplinamento dos corpos, tanto da mulher majoritariamente responsável pelo trabalho doméstico, quanto do homem que, por meio dos seus privilégios e poder sobre a mulher, não reconhece sua condição de trabalhador explorado pelo capital.

Em outros termos, sendo incapaz de analisar a situação da mulher como determinada pela configuração histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não apenas ela, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. (SAFFIOTI, 2013, p. 74)

No mais, chamou-nos a atenção o fato de algumas das entrevistadas não estabelecerem conexão entre o trabalho doméstico, invisibilidade e desvalorização como fenômeno necessário para a manutenção do modo de produção capitalista, visto que todas o reconhecem como um elemento que evidencia a desigualdade de gênero na sociedade. O que consideramos exibir um dos principais desafios para o movimento feminista marxista, que tem levantado nos últimos anos a discussão sobre a relação do trabalho doméstico com a opressão e exploração vivenciada pelas mulheres na sociedade capitalista.

Também consideramos essencial que o movimento feminista mantenha e fortaleça em suas pautas reivindicatórias a incorporação da luta das mulheres à luta da classe trabalhadora, ampliando o conceito de greve como expresso na greve internacional do dia 8 de março 2017, pois como defendem as autoras do Feminismo para os 99%: um manifesto:

As greves demonstram o enorme potencial político do poder das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho remunerado e não remunerado sustenta o mundo (...) Ao tornar visível o papel indispensável desempenhado pelo trabalho determinado pelo gênero e não remunerado na sociedade capitalista, esse ativismo chama atenção para atividades das quais o capital se beneficia, mas pelas quais não paga. (ARRUDA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 33)

Observou-se, ainda, em todas as entrevistadas certo nível (maior e menor) de consciência do processo de desvalorização e naturalização do trabalho feminino que as colocam em condição desigual na sociedade. Contudo, para algumas, essa percepção encontra-se individualizada e/ou desconexas do sistema capitalista. Sobre isso, Federici (2019, p. 46) nos alerta: “as mulheres têm encontrado maneiras de reagir, de dar o troco, mas sempre de forma isolada ou privada. O problema é, então, como trazer essa luta da cozinha e do quarto para ruas”.

Conclui-se que o processo de desvalorização e naturalização do trabalho feminino na sociedade capitalista encontra-se estruturalmente vinculado às bases que sustentam esse sistema. Sendo o trabalho doméstico e de cuidado intencionalmente imposto às mulheres, resultado de um sistemático processo de degradação social feminina, presente no período em que se originou o capitalismo e tendo ainda hoje grande influência e ao mesmo tempo determinando a realidade concreta das mulheres, principalmente as mais pobres e negras.

O trabalho doméstico é fundamental e necessário para o desenvolvimento e a manutenção do modo de produção capitalista, logo, destaca-se a importância do seu reconhecimento enquanto trabalho (parte do processo de acumulação capitalista).

Por todo o exposto, avalia-se a necessidade de criar e fortalecer espaços para análises e discussões críticas sobre a desigualdade de gênero na sociedade capitalista-patriarcal. Esses espaços devem ganhar força e relevo nas escolas, nas mídias alternativas, nos fóruns de discussões, nos partidos de esquerda e chegar até as periferias e regiões mais pobres para que as crianças, adolescentes e jovens sejam educados e formados com consciência e clareza desse processo, com maiores condições de lutar e imprimir novos rumos à realidade de vida das mulheres.

Nesses termos, é impreterível considerar as categorias raça e classe, com intuito não apenas de apontarmos tais desigualdades, mas principalmente de ressignificarmos e lutarmos por novas formas de reprodução social, em que as mulheres realmente possam ter escolhas livres de impositivos econômicos, políticos e sociais. Para tanto há que se lutar por outra sociedade!

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Jessica; VIEL, Paula. Liderança Feminina: O Espectro da Masculinização das Mulheres e os Desafios da Desigualdade de Gênero Em Posições de Poder. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41, 2018, Joinville – SC. **Anais...** Joinville: Intercom, 2018. p. 1-15.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ASSUNÇÃO, Diane. A precarização tem rosto de mulher. [Entrevista concedida a] Lia Urbini. **Revista Geni**, 4 mai. 2015. Disponível em: <<https://revistageni.org/10/a-precarizacao-tem-rosto-de-mulher/#:~:text=A%20constata%C3%A7%C3%A3o%20de%20Karl%20Marx,cumprimento%20dos%20seus%20direitos%20trabalhistas.>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- BATISTA, Luciana Staciarini; MATTOS Luiza. **Sem atalhos: transformando o discurso em ações efetivas para promover a liderança feminina**. São Paulo: Bain&Company, 2019. Disponível em: <https://www.bain.com/contentassets/e4fcb1f4478f49658dacdbcf326b07e/bain_link edin_liderancafeminina_sematalhos.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em tese. Santa Catarina, v. 2, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- CARNEIRO, Yanna J. **Misoginia, você sabe o que é?** Politize!, 5 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/misoginia/#:~:text=A%20misoginia%20%C3%A9%20um%20sentimento,da%20figura%20masculina%20pregada%20pelo>>. Acesso em: 2 out. 2020.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- DANTAS, MaressaFauzia Pessoa; CISNE, Mirla. **Trabalhadora não é o feminino de trabalhador**: superexploração sobre o trabalho das mulheres. Argum., Vitória, v. 9, n. 1, p.75-88, jan./abr. 2017.
- DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, v. 25, apr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 4 out. 2020.

FARIA, Nalu. O trabalho doméstico e a renda básica das mulheres de um Brasil em crise. **Brasil de fato**. São Paulo, 08 set. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/08/o-trabalho-domestico-e-a-renda-basica-das-mulheres-de-um-brasil-em-crise>>. Acesso em: 4 out. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. O Patriarcado do Salário: “**O que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado**”. [Entrevista concedida a] Gladys TzulTzu. ResumenLatinoamericano. Tradução Partido Comunista Brasileiro (PCB), 16 fev. 2017. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/13581/o-patriarcado-do-salario-o-que-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-remunerado/#:~:text=O%20sistema%20do%20sal%C3%A1rio%20n%C3%A3o,quantidade%20de%20trabalho%20n%C3%A3o%20pago>>. Acesso em: 4 out. 2020.

_____. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante

GONÇALVES, Carolina. Brasil tem mais de 2,5 milhões de professores. **Agência Brasil**. Brasília, 15 out. 2018. Educação. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-10/brasil-tem-mais-de-25-milhoes-de-professores>>. Acesso em: 15 set. 2020.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obanaet al. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando Fam.**, Porto Alegre, vol.18, n.1, pp. 55-62, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006>. Acesso em: 13 ago. 2020.

GRECCO, Fabiana Sanches. Trabalhos domésticos e de cuidado sob a ótica da Teoria da reprodução social. **Mediações**. Londrina, v. 23 n. 3, p. 70-102, set./dez. 2018.

IBGE. “**Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**”. Estudo & pesquisas informações demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 36, 2016.

INTERNACIONAL FEMINISTA. **Para além do 8 de Março**: rumo a uma Internacional Feminista. 2019. Disponível em: <<https://www.internacionalfeminista.org/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica à economia política. Livro I, vol. I. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O Valor de Uso Especifico do Trabalho Produtivo para o Capital. In: **Teorias da Mais Valia**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. Volume I. p. 384-406. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667 – 700.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I.B. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Abep; Campinas: Nepo/Unicamp; Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, Editora 34, 2000.

OLIVEIRA, Nielmar de. Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 08 mar. 2019. Geral. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes#:~:text=Um%20estudo%20feito%20pelo%20Instituto,que%20os%20homens%20no%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. In: Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, 20 dez. 1993.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar**: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Tradução Master Language Traduções e Interpretações Ltda. Brasília, 2020.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia**: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true>. Acesso em: 1 out. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAFFIOT, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Do artesanal ao industrial:** a exploração da mulher. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Kaellen Oliveira dos. **O papel e o poder da ideologia quando dominante:** reflexões em torno das manifestações ocorridas em 2015 e 2016 contra o partido dos trabalhadores sob a luz da hegemonia burguesa. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/o-papel-poder-ideologia-quandodominante.htm>>. Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, Viviane Zerlotinida. As relações de gênero na produção capitalista do espaço de trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. 1-39, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n55/1809-4449-cpa-55-e195521.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SOUZA, Lizandra Rocha; AQUINO, Dayani Cris de. Trabalho doméstico e reprodutivo e valor da força de trabalho em Marx. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, XI, 2018, Campinas - SP. **Anais...** Campinas: CEMARX, 2018. p. 1-8.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. O que você entende como trabalho feminino?
2. Na sua casa há diferença entre o trabalho de homens e mulheres? Se sim, explique quais diferenças.
Se a participante apontou diferenças, solicitar que informe se ela considera normal tais diferenças e o por quê.
3. Quem você acha que deve realizar o trabalho doméstico?
4. Você considera que o fato de ser mulher a impede de exercer algum trabalho que o homem realiza? Se sim, qual e por quê?
5. Você considera que o trabalho da mulher é desvalorizado na sociedade? Por quê?
6. Onde você trabalha existe diferenças na forma de tratamento entre homens e mulheres? Se sim, explique como isso ocorre.
7. Como é ser mulher na sociedade?
8. Na sua visão, as mulheres têm as mesmas condições que homens na sociedade? Explique sua resposta.
9. Em sua opinião, quais são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na atualidade?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sr(a) está sendo convidada a participar da pesquisa “Não é amor, é trabalho”, sob a responsabilidade da pesquisadora Lindamar Alves Faermann. Nesta pesquisa, objetivamos desvendar os fundamentos da opressão e exploração contra a mulher. Sua participação é voluntária e se dará por meio da abordagem qualitativa. Nesta abordagem busca-se conhecer a realidade social a partir das experiências dos participantes. As entrevistas serão gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da Ética em Pesquisa com Seres Humanos - resolução n.º 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Como instrumento para coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas. Os potenciais benefícios de sua participação nesta pesquisa consistem em dar visibilidade às dificuldades enfrentadas como mulher na sociedade, bem como, acolher suas demandas, tendo em vista fomentar pesquisas a respeito do tema e quiçá impulsionar futuras políticas ou serviços públicos. Salienciamos que os riscos em relação a sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista. Entretanto, as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar ao entrevistado conforto e segurança ao responder as perguntas da entrevista. Para participar deste estudo, o/a Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(a) Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (12)982837626 (obs. Inclusive ligações a cobrar), e-mail: lindafaermann1@gmail.com. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

O pesquisador declara que a pesquisa segue a Resolução CNS466/12

Pesquisador Responsável _____ Participante _____

Lindamar Alves Faermann

APÊNDICE C – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Não é amor, é trabalho”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Participante

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NÃO É AMOR, É TRABALHO

Pesquisador: Lindamar Alves Faermann

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 37222820.7.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.276.061

Apresentação do Projeto:

As informações enumeradas nos seguintes campos: apresentação do projeto, objetivo de pesquisa, avaliação dos riscos e benefícios foram extraídas do arquivo PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO NÃO É AMOR, É TRABALHO.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Desvendar a relação do capitalismo com o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino.

Objetivo Secundário:

- Compreender os impactos do processo de desvalorização do trabalho feminino na sociedade capitalista.
- Identificar se a condição das mulheres na atualidade tem relação com aspectos estruturantes da opressão e da exploração feminina no âmbito do capitalismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram relatados pelos pesquisadores adequadamente. Os pesquisadores comprometem a adotar todas as providências para evitar ou diminuir os riscos associados à pesquisa em consonância com a resolução 510/16. Cap IV .Art. 21

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATÉ
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.276.061

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada no método materialista histórico-dialético com cinco mulheres residentes na cidade de São José dos Campos, região do Vale do Paraíba Paulista. Os dados serão coletados através da técnica de entrevista não estruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, sendo posteriormente analisados e agrupados seguindo todos os protocolos de segurança do covid 19.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentação de todos os termos devidamente assinados e redigidos de acordo com as orientações do CONEP .

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise o projeto foi considerado aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 11/09/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1618138.pdf	24/08/2020 22:49:57		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoagosto.pdf	24/08/2020 22:49:11	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOCOMPROMISSOPESQUISADOR.doc	24/08/2020 22:37:29	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Outros	RoteiroAGOSTO.docx	24/08/2020 22:36:02	Lindamar Alves Faermann	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLFRANAGOSTO.docx	24/08/2020 22:34:58	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOFRANAGOSTO.pdf	24/08/2020 22:33:56	Lindamar Alves Faermann	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.276.061

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 14 de Setembro de 2020

Assinado por:

**Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: NÃO É AMOR, É TRABALHO	
Estudante: Francine Milene da Silva Lemes	
Membro da Banca: Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann	Categoria: Professora Orientadora

No Curso de Serviço Social cabe ao/a orientador/a falar do processo de orientação e da construção do Trabalho de Graduação, visto que os/as demais membros da banca centram seu parecer nas questões teóricas e metodológicas da produção. Portanto, em relação aos aspectos que devo sinalizar, destaco inicialmente a dedicação, a responsabilidade e o cuidado da Francine com sua monografia. Trouxe como centro do seu estudo o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino na sociedade capitalista. Para responder seu objeto de estudo, realizou uma análise totalizante e crítica acerca dos fundamentos da opressão e da exploração do trabalho da mulher na esfera privada, notadamente quanto ao desempenho das atividades domésticas e de cuidados, bem como os impactos dessa dupla jornada e as imposições na condição da mulher na esfera pública e nas suas relações sociais. Nesse sentido, ressalto a imprescindibilidade do seu tema, pois trata diretamente de uma das expressões da questão social que, embora histórica, tem nuances e particularidades no capitalismo contemporâneo. Logo, sua pesquisa não está de costas para a realidade, ao contrário, parte dela para anunciar e denunciar o real. Parabéns!

A aluna fez uma escolha importante, demonstrando sua inquietação frente à opressão vivenciada pelas mulheres ainda em pleno século XXI, discutindo um tema central, conduzindo-o com rigor teórico e em diálogo com diversos autores. O seu Trabalho de Graduação cumpre os requisitos acadêmico-científicos exigidos pela Instituição, apresentando relevância social e profissional.

Concluo meu parecer afirmando que foi muito bom conviver com a Francine por esse período. Pela importância de sua produção, oriento-a a torná-la pública. É merecedora de divulgação em eventos em geral e certamente de publicação. Sinto-me orgulhosa de ter participado ativamente desse processo tão rico e pleno de aprendizagem e de crescimento.

Parabéns por ser quem é, mulher forte, sensível, humana e linda.

Da professora e amiga,

Linda

Taubaté, 03 de dezembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: NÃO É AMOR, É TRABALHO	
Estudante: Francine Milene da Silva Lemes	
Membro da Banca/CRESS: Angela Michele Suave	Categoria: Prof. ^a Examinadora

O Tema é pertinente e necessário para o momento histórico atual e denota a presença da mulher na defesa de seus direitos, ou seja, na defesa do feminismo.

Em relação ao **título** sugiro que seja colocado um subtítulo que revele o conteúdo da pesquisa que se refere ao trabalho doméstico da mulher.

No trato **teórico** a pesquisa responde aos ventos pós-modernos, pois traz a perspectiva classista, que se revela no uso de autoras, como a Heleieth Saffioti e Federic que trabalham com as categorias de classe e raça. Destaca-se que as análises são reveladoras da realidade das mulheres trabalhadoras no Brasil e das relações sociais patriarcais da sociedade capitalista de produção, sobretudo nas relações de trabalho doméstico que se conectam com as de produção e reprodução social, considerando aspectos contraditórios que se esbarram nas mudanças contemporâneas, bem como explicitado no capítulo 1.

Ainda que com desafios, as mulheres explicam que, no contexto familiar atual, a perspectiva do patriarcado foi quebrada mediante a maior participação dos seus a perspectiva do patriarcado foi quebrada mediante a maior participação dos seus companheiros nas atividades domésticas e com a inserção de princípios baseados na igualdade de gênero na educação de seus filhos/as. filhos/as. (p 26)

Ainda no capítulo 1 uma das entrevistadas traz em sua fala um elemento que reafirma as bases patriarcais da sociedade capitalista quando expõe que, para alguns cargos de supervisão, o acesso é mais fácil para os homens, denotando a mencionada contradição na relação do velho com o novo. A aluna percebe e destaca esse processo em alguns trechos, com citado abaixo:

Sob o seu ponto de vista, a condição de mulher não impede a realização das atividades em si, mas o papel socialmente atribuído à mulher pode dificultar que desenvolvam algumas atividades, bem como diminuir oportunidades profissionais. P28

Diante do exposto, consideramos que, por mais que a luta por igualdade de gênero tenha alcançado avanços significativos, sobretudo a partir do século XIX, as bases de opressão e de exploração presentes no período pré-capitalista ainda hoje se evidenciam e determinam a vida das mulheres. 38

Observa-se que o **objetivo** de analisar os fundamentos da opressão e exploração da mulher na sociedade capitalista a partir do papel desempenhado pela mulher na esfera privada e seus impactos na esfera pública foi tratado de maneira ampla, deixando dúvidas em relação à sua delimitação; ele não seria “identificar como a realidade da divisão sexual do trabalho é entendida e vivenciada concretamente pelas mulheres”? Veja que nas considerações finais ele aparece como desvendar a relação do capitalismo com o processo de naturalização e desvalorização do trabalho feminino, o que você identifica como **objeto**.

Do ponto de vista do **cenário e sujeitos** entrevistados avalia-se que há clareza na escolha dos critérios e que são compatíveis com o objeto de estudos, porém pela perspectiva teórica usado senti a falta do perfil das entrevistadas, como forma de tratar o que você trouxe teoricamente com as categorias de raça e classe.

A pesquisa atende às expectativas exigidas para um trabalho de graduação e avança no trato teórico, cabendo a iniciativa de buscar uma publicação em revistas científicas. Fica, também, demonstrada a sensibilidade da pesquisadora no tocante à temática e sua firmeza em tratar os dados e fazer apontamentos teóricos condizentes o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.



Taubaté, 03 de dezembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP.: 12020-040
Fone: (12) 3625-4240; Fone/fax: (12) 3621-8958
ssocial@unitau.br

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: Não é amor, é trabalho	
Estudante: Francine Milene da Silva Lemes	
Membro da Banca: Tamires de Sousa Arantes CRESS: 60081 – 9ª Região	Categoria: Assistente Social

A pesquisa traz uma importante contribuição para o debate acerca do trabalho doméstico como serviço essencial para a reprodução social. Esse trabalho que abarca desde as tarefas domésticas como limpeza e cuidados com a casa, a criação dos filhos e também o cuidado afetivo, são historicamente relegado as mulheres na sociedade patriarcal e capitalista. Este trabalho é um esforço feliz de conexão do trabalho doméstico com a totalidade, ou seja, um trabalho não remunerado e essencial para a manutenção da vida. Ainda temos a travar na sociedade esta compreensão em relação ao trabalho doméstico, socialmente denominado de amor, mas que são tarefas diárias que sobrecarregam, na sua grande maioria, mulheres. É necessário que profissionais e intelectuais do serviço social, dialoguem com este tema afim de superar uma falsa separação de movimento feminista da luta de classes. Afinal, a exploração sobre as mulheres, são também uma questão de classe e raça. Assim, reconheço essa contribuição ao debate através desse Trabalho de Graduação.

Ressalto também o aporte teórico utilizado, que trouxe para a monografia os fundamentos da divisão sexual do trabalho, a construção dos papéis de gênero como parte estruturante do capitalismo sempre com autores e autoras que constroem sua análise de mundo a partir da teoria marxista.

Taubaté, 03 de dezembro de 2020.